

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

DANIEL SENNA DIAS

UMA ATUALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE EXPLORAÇÃO E
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E MARINI:
OS GOVERNOS LULA E DILMA

SEROPÉDICA

2018

DANIEL SENNA DIAS

UMA ATUALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE EXPLORAÇÃO E
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E MARINI:
OS GOVERNOS LULA E DILMA

Monografia apresentada no curso graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, curso de Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientação: Prof. Grasiela Cristina da Cunha Baruco

SEROPÉDICA

2018

DANIEL SENNA DIAS

UMA ATUALIZAÇÃO NAS CATEGORIAS DE EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO
E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX E MARINI: OS
GOVERNOS LULA E DILMA

Monografia apresentada no curso graduação
da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
curso de Economia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Data da defesa:

Resultado: _____

Banca Examinadora

Nome do Professor Prof. Dr. Grasiela Cristina da Cunha Baruco

Instituição UFRRJ

Nome do Professor Prof. Dr. Marcelo Pereira Fernandes

Instituição UFRRJ

Nome do Professor Prof. Dr. Pablo Bielschowsky

Instituição UFRRJ

Agradecimentos

Primeiramente, meus agradecimentos vão à Universidade pública, gratuita, de qualidade e popular, a UFRRJ. Se o papel da Universidade é transformar a sociedade, ela me transformou, não só em economista, mas como um ser protagonista da própria realidade. Agradeço a todo conhecimento aprendido dentro e fora das salas de aulas que me possibilitaram ver a complexidade do mundo, assim como revolucioná-lo.

Seria impensável ter chegado ao fim de um longo processo sem o suporte de todo o corpo técnico da universidade, assim como professores e todos os amigos que fiz nesse período. Em especial dedico à minha orientadora Grasiela Baruco que respondia minhas mensagens às seis horas manhã e que me ajudou no que pôde para terminar essa monografia; agradeço aos meus amigos do Divã, os quais levo para vida; ao LPDT onde vivi e aprendi muito sobre extensão e participei dessa grande família. Além de muitos outros que devo minha gratidão e, infelizmente, não cabe aqui, mas cabe no peito.

Agradeço também ao movimento estudantil, ao Partido Socialismo e Liberdade, por me mostrar que estudante que se movimenta é estudante que luta para se liberta das correntes desse sistema machista, racista, lgtfóbico e opressor. Parte desse trabalho pretende ser uma contribuição a todo movimento social, estudantil e de classe para que no futuro possamos viver num mundo justo, igual e humanamente justo.

RESISTIMOS!

Agradeço também aos meus familiares e amigos que estiveram comigo nessa caminha. Obrigado tia Lani, tia Helena, tio Elielson, primo Pedro, meus falecidos avós Dinéia e Ozório e meus avós maternos Conceição e Bernardo. Por fim, em especial dedico todo meu agradecimento à minha família, minha mãe e meu pai que se desdobram para conseguir dar o melhor para seus filhos e minha irmã que sempre posso contar em qualquer momento. Sem vocês nada disso seria possível.

“Governo estimula e o consumo acontece
Mamãe de todo mal e a ignorância só cresce
FGV, me ajude nessa prece
O salário mínimo com base no DIEESE” Criolo

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de fazer um resgate teórico das obras de Marx e Marini para o entendimento do processo de acumulação das economias latino-americanas. O período histórico demarcado trata-se dos governos Lula e início do governo Dilma, em que o discurso oficial do governo propagava um aumento do salário mínimo real frente a inflação. Tal fato, quando confrontados sob uma perspectiva marxista é questionável. Para isto foram usados dados de institutos e entidades reconhecidas nacional e internacionalmente que permitem uma real análise do grau de exploração da força de trabalho durante este período. Somado a uma revisão bibliográfica que contrapõem os autores marxistas com os autores da teoria da dependência e do desenvolvimento tradicional, além de uma retomada à Marx sobre a teoria do valor. Como resultado verifica-se o incremento, daquilo denominado por Marini, da superexploração da força de trabalho como via desenvolvimento designado aos países periféricos, como Brasil.

Palavras-chave: exploração da força de trabalho, acumulação do capital, economias periféricas

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

| | |
|--|--------|
| Tabelas 1- Salário mínimo necessário (Série histórica 1940=100) | 44 |
| Tabelas 2- Reajuste do Salário mínimo oficial (2003- 2010) | 45e 46 |
| Tabela 3- Assalariados que trabalham mais do que a jornada legal por setor da economia – Região Metropolitana de São Paulo..... | 47 |
| Tabela 4- Número total de acidentes de trabalho no Brasil..... | 49 |
| Tabela 5- Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por estratos de renda..... | 51 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| Capítulo 1- A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM MARX | 11 |
| Capítulo 2- MARX EM MARINI: A CONCEPÇÃO TEÓRICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA..... | 22 |
| Seção 2.1 – A importância do pensamento desenvolvimentista para os estudos das formações sociais latino-americanas..... | 30 |
| Capítulo 3 – A EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA..... | 40 |
| CONCLUSÃO..... | 51 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS..... | 53 |

INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento das economias latino-americanas permeia os debates acerca do tema desde o século passado. Grande parte da riqueza mundial é gerada nesses países, cuja a abundância de recursos naturais e volumosas populações fazem com que seja uma das regiões mais ricas do planeta; em termos de recursos. Porém isso não vem acompanhado de um melhoramento da vida dos trabalhadores que produzem todo este valor. Ruy Mauro Marini foi um dos pioneiros na elaboração da teoria da dependência, quando buscou um estudo alternativo ao vigente na época- o desenvolvimentismo com a “Troca desigual”.

A literatura de Ruy Mauro Marini baseia-se em uma das mais significativas e originais do pensamento social e do marxismo no século XX. Apesar de conhecido nos demais países da América Latina, no Brasil, ainda, é pouco conhecido. Em parte, porque pela conjuntura política de 1964, quando começou seus trabalhos como professor da Universidade de Brasília teve de ser interrompido e exilado. Com avanço do conservadorismo na América Latina, sua obra também foi de difícil acesso. E por fim, na redemocratização, o debate a respeito da teoria da dependência havia ganhado novo fôlego, entretanto, o estabelecimento de um novo consenso ideológico se firmou no Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, esse também autor de outra vertente da teoria da dependência.

É importante destacar a retomada da teoria do valor em Marx como pano de fundo dessa discussão. A contraposição de Marini a escola desenvolvimentista e, posteriormente, aos escritos de Cardoso vem embasada numa acepção marxiana das relações de produção, na qual procura-se desvendar as relações ocultas da esfera produtiva, ou seja, a teoria do valor. Isso significa que, a mais-valia, a exploração da força de trabalho, o processo de acumulação partido de uma concorrência entre capitalistas e entre trabalhadores são personificados na obra de Marini, e na teoria marxista da dependência em geral, como uma forma de se entender os motivos da dependência e os entraves do desenvolvimento nos países latino-americanos.

A problemática reside nas alternativas de desenvolvimento que são destinadas às economias latino-americanas, visto sua condição de periferia. De forma a identificar o elemento estrutural colocado a estes países para dar continuidade ao seu processo de acumulação. Isso se justifica, pois, dada uma formação histórica, ao adentrarem nas esferas de circulação (o que pode ser interpretado como o comércio internacional no plano concreto) a

composição orgânica do capital das economias designa os devidos papéis reservados aos países com maior composição orgânica e de menor composição orgânica. Assim, se forma a divisão internacional do trabalho, a separação entre centro e periferia.

Nesta perspectiva, a delimitação histórica deste estudo consiste na análise do processo de acumulação da economia brasileira nos períodos dos anos Lula e Dilma, a qual acentuou o caráter (super)explorador da força de trabalho dentro do processo de acumulação de economias periféricas. Para se corroborar o que se propõe, é necessária uma revisão bibliográfica dos trabalhos de Marx em O 'Capital e de seus comentadores, perpassando por autores da teoria marxista da dependência, com destaque Marini em sua Dialética da Dependência, para explicar a dependência desses países e por fim desemboca-se na análise do período dos governos petistas de 2003 até início da década de 2010.

A organização deste trabalho monográfico dá-se da seguinte forma, separa-se em três capítulos mais a introdução e a conclusão. Em um primeiro, será tratada a concepção em Marx da teoria do valor, perpassando sobre a exploração do trabalho e culminando no processo de acumulação de capital. No segundo capítulo, busca-se fazer um resgate crítico da teoria da dependência, com foco no que Marini chamou de Superexploração do Trabalho, além dos desdobramentos de sua teoria. Por fim, pretende-se operacionalizar toda a discussão feita anteriormente, baseando-se nos artigos de Mathias Luce, quando esse autor se utiliza de dados de entidades reconhecidas nacional e internacionalmente, como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para análise de cada mecanismo de exploração do trabalho o que levou ao questionamento do discurso oficial acerca da elevação do salário mínimo real, e portanto elevação do poder aquisitivo de estratos médios de renda.

Por último, cabe referenciar que o material bibliográfico utilizado para elaboração desta monografia, em sua maioria, baseou-se no volume organizado por Niemayer Almeida Filho (professor do instituto de economia e relações internacionais da Universidade Federal de Uberlândia): Desenvolvimento e dependência: cátedras de Ruy Mauro Marini, financiado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Além da célebre obra de Karl Marx, base da teoria marxista da dependência, essencial para a compreensão do capitalismo e da emancipação da classe trabalhadora.

Capítulo 1 – A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM MARX

A teoria do valor escrita por Marx em *O capital* permitiu o instrumental teórico necessário, a partir de um ponto de vista de classe, para a análise do funcionamento do capital. Marx marcou a história do pensamento econômico com uma das mais importantes críticas feitas a economia política, isto deu margem para que outros autores se utilizassem de sua literatura para os desdobramentos da análise do capitalismo nos séculos seguintes, ou seja, para o entendimento da concepção centro e periferia desenvolvida por Marini na década de 1970, por exemplo.

Dito isto, a teoria do valor, com a categoria desenvolvida de “mais-valia”, possibilitou o entendimento de como se dá o processo de exploração do trabalho. Para entender a exploração, precisa-se subdividir a categoria de mais-valia em absoluta e relativa. Essa divisão é importante para a compreensão de como se origina a composição orgânica do capital que, posteriormente, resulta em maior captação de mais-valia por parte de uma classe específica (capitalista) e por fim desemboca no processo de acumulação de capital.

A exploração da força de trabalho em Marx dar-se-á por três mecanismos, cujo o objetivo é a extração da mais-valia pelo capital da classe trabalhadora. São estes mecanismos: elevação da extensão da jornada de trabalho; aumento da produtividade do trabalho; aumento da intensidade do trabalho; e redução do capital variável abaixo do valor da força de trabalho.

A proposta deste trabalho na análise das relações sociais dentro da esfera produtiva, começando pela geração da mais-valia, explicada pela lei do valor e pelo método dialético no qual Marx escreve sua obra, passando pela exploração do trabalho e por fim como que se finaliza com a acumulação de capital.

O processo de acumulação de capital, este visto no capítulo XXIII de *O Capital*, a partir das categorias citadas anteriormente, a lei do valor, a geração de mais-valia (nisto inclui a mais-valia absoluta e a relativa) que leva a uma e a maior concorrência entre os capitais, assim acontece um maior grau de exploração do trabalho na tentativa dos capitais se manterem concorrentes, por fim isto desemboca na divisão da composição orgânica de capital, no qual a mais-valia social será absorvida.

Paralelo a concorrência entre capitalistas ocorre uma concorrência entre trabalhadores, entende-se essa concorrência como a relação entre o exército industrial na ativa (EIA) e o exército industrial de reserva (EIR). A relação entre EIA e EIR é importante para a análise do concreto, ou seja, dos preços da força de trabalho numa economia e também como um componente do processo de acumulação do capital.

Por fim, o objetivo deste capítulo pretende interpretar as categorias estudadas por Marx e que seriam reutilizadas por Marini em sua teoria marxista da dependência. O conceito de superexploração conceituado por Marini está intimamente ligado a categoria de exploração de Marx e seus desdobramentos sobre o processo de acumulação do capital, a diferença é que em Marx o autor faz um estudo do funcionamento geral do capital, enquanto que em Marini, este autor traz para a realidade concreta dos países dependentes.

Ao adentra numa investigação do sobre o que é a questão da exploração do trabalho em Marx, primeiramente faz-se necessário distinguir o que significa o valor para este autor. Osório (2013) explica que o valor é uma abstração cuja a essência é exclusivamente social, nas palavras de Marx, “em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor” (MARX,1979, p.58). No capitalismo, principalmente com o advento da primeira revolução industrial, a crescente produção de mercadorias se generalizou, assim o trabalho social somente é certificado como parte de um trabalho social gerado proporcionalmente.

Jaime Osório (2013) continua, em um primeiro momento, o valor se apresenta como valor de troca, ou como o preço de um bem. O preço, por sua vez, manifesta-se como a parte monetária na esfera de circulação, a mercadoria equivale ao dinheiro a ser pago. Porém, dentro da esfera produtiva Marx acrescenta a categoria de valor, cujo o valor de se produzir uma mercadoria é determinado por um processo histórico e dialético preconcebido que culminou no modo de produção desta mercadoria, e, portanto, na mercadoria. Nisto consiste uma análise marxista, no que este autor chamou de lei do valor.

Os preços de mercado explicitam que o capitalista se apropria, não só do valor produzido, mas de uma mais valia que pode estar maior ou menor do valor gerado, ou seja, os preços demonstram uma parte do valor gerado que é apropriado pelo capitalista em forma de mais-valia maior ou menor grau. Desvendar esta relação entre o real concreto manifestado pelo preço (parte concreta) de uma mercadoria e o a apropriação do valor (parte abstrata) desde a sua apropriação significa desmistificar o processo de produção, isto significa desvendar as relações existentes numa sociedade capitalista.

Antes de iniciar sobre a questão do valor, é importante passar por alguns pontos que numa leitura marxista devem ser reiterados. A proposta de Marx em O'Capital objetiva a desmistificação das relações de produção, que no capitalismo se apresentam como ocultas e o ser como se apresenta e o que eles realmente emergem como formas distorcidas, assim é feita a leitura sobre o valor e assim Marx desenvolve o fetichismo da mercadoria (OSÓRIO, 2013).

O capitalismo constrói uma falsa liberdade de que homens são livres, logo quando o encontro da demanda com a oferta no mercado seria impulsionado pela liberdade dos agentes a livre negociação. Marx, como visto por Osório (2013), faz uma crítica a este tipo de tese, quando a condição de perpetuação do capital precisa-se da extração da mais-valia, os mecanismos de exploração de trabalho e a formação do desemprego estrutural, o EIR, demonstram como que o capital age de maneira coercitiva com os trabalhadores e os submetem cada vez mais a exploração do trabalho. Tudo isto sobre a aparência de uma liberdade fictícia, a essência que não corresponde com a aparência está no cerne do capitalismo e é o ponto chave do fetichismo da mercadoria e a questão do valor em Marx.

Um outro ponto importante no estudo sobre a exploração da força de trabalho seria qual o termo mais adequado a ser usado para o estudo do objeto, sendo que explorar significa literalmente: se utilizar de, consumir ou realizar aquilo que já é produto desta exploração, o trabalho.

Por isso, se faz necessário a distinção entre a categoria e o conceito na pesquisa do objeto. Categorias, segundo Carcanholo (2013, p.76), “possuem uma existência real, são propriedades do objeto, que em função de suas formas de manifestação, possibilitam – o que não é necessário – a sua apreensão por parte do ser humano que procura entendimento ou explicação deste objeto”. Já o conceito costuma estar ligado a uma interpretação idealista do conhecimento; detalhadamente, uma construção ideal antecedida de um sistema lógico conceitual no qual a realidade objetiva é captada, como se esta fosse uma apresentação objetiva da ideia, do conceito.

O começo do estudo sobre a exploração da força de trabalho parte do pressuposto de que as mercadorias são trocadas por seus valores equivalentes, o que leva a crer que a mercadoria, força de trabalho, é adquirida no mercado por uma soma de dinheiro (capital variável adiantado) correlato ao seu valor (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2013 p. 100). Marx ao longo do Capital nega veementemente o pressuposto de que o preço da força de trabalho seja igual ao valor da força de trabalho, como defendida por economistas clássicos

que o antecederam (o desfecho dessa crítica se dá nos capítulos XXII e XXIII do mesmo livro).

Em resumo, o capital – extrator de mais-valia – faz com que, junto com os mecanismos de exploração do trabalho somado a relação entre salário e o EIR, o pressuposto clássico de valor da força de trabalho se diferencie do preço da força de trabalho. Logo, a manifestação concreta, o preço da remuneração do trabalhador, seja distorcida do seu valor trabalhado, este para Marx seria um elemento necessário para apropriação da mais-valia pelos donos dos meios de produção.

Marx afirma que o valor é a quantidade de trabalho humano necessário para a produção de mercadorias, por isso, para que haja um funcionamento das trocas numa sociedade capitalista é preciso que o trabalho humano seja um parâmetro social e historicamente determinado. Prosseguindo com a crítica feita por Marx a ideia de valor, este autor argumenta que, ainda num nível de abstração elevado, a divisão social do trabalho e, por consequência, o desenrolar das trocas entre os produtores são as causas do aparecimento da contradição entre valor e valor de uso.

A diferença entre a utilidade que a mercadoria possui, o valor-de-uso, em relação a quantidade de trabalho necessária para produzi-la e trocar por seu similar em termos de trabalho utilizado, o valor, se distancia conforme haja uma intensificação da divisão do trabalho e o desenvolvimento das trocas entre os produtores.

Na parte I do Livro I d'O capital, mantendo ainda a análise em um nível extremamente abstrato, Marx mostra que o desenvolvimento da divisão social do trabalho e o subsequente desenvolvimento das trocas entre os produtores individuais – que, por sua vez, aprofunda mais ainda a divisão social do trabalho – aparecem como as causas do surgimento da contradição entre valor e valor-de-uso no interior das mercadorias (NASCIMENTO, DILLENBURG, SOBRAL, 2013 p. 100).

Marx adentra na questão da mais-valia em especial nos capítulos III e IV do capital, quando o autor trata da relação entre a mais-valia relativa e absoluta. Antes disso, para compreender a geração da mais-valia, Marx elabora nas seções I e II a teoria do capital. Na elaboração desta teoria, Marx esquematiza a movimentação do dinheiro e mercadoria, cujo resultado final é o capital. Esse esquema é conhecido como D-M-D', esse caminho do dinheiro que compra mercadoria e que depois se transforma em capital, quando esta mercadoria é vendida por um valor maior, seria o princípio básico do sistema capitalista, no qual o objetivo seria a valorização do valor, ou seja, o produto final seria o capital (LOPES, 2013).

Ao apontar a diferença, dentro da esfera de produção, entre o valor e o valor de uso, consequentemente, distinguir o concreto do abstrato (estes referem-se aos níveis de abstração na metodologia em *O Capital*), Marx se distanciou dos demais economistas clássicos. Ao fazer isto, desmistifica o processo de produção com sua teoria, indo além do “comprar mais barato para vender mais caro” e entra no cerne da produção capitalista, a mais-valia, de modo a desvendar as relações sociais presentes dentro da esfera produtiva não vistas pelos demais economistas clássicos, como Adam Smith.

Quando Marx sai da análise das trocas de mercadorias e adentra no lado “oculto” da produção, ele apresenta a mais-valia, posteriormente dividida em mais-valia absoluta e mais-valia relativa (MARX, 1985, p. 144). Para interpretar estes tipos de mais-valia precisa-se entender “a produção da mais-valia na forma observada até agora, mediante simples prolongamento do dia de trabalho, parecia, por isso, independentemente de qualquer mudança do próprio modo de produção” (MARX, 1985, p. 244). Isto significa que, a mais-valia advém da diferença entre o trabalho necessário (necessário para recompor o valor da força de trabalho) e trabalho excedente (que excede o valor da força de trabalho), a relação entre os dois permite auferir o grau em que a mais-valia é extraída da força de trabalho. Marx aponta que a relação entre mais-trabalho e trabalho necessário se manifesta na geração quantitativa de mais-valia. A partir disto, pode-se concluir que “a taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 1985, p. 177).

De acordo com Lopes (2013), essa associação (quanto maior o mais-trabalho em relação ao trabalho necessário) está intimamente ligada com a criação de excedente, usando a terminologia clássica, sendo que a geração de mais produto total (mais valor) precisa de mais-valor, enquanto que o aumento do mais-valor acompanha o grau de exploração.

Lopes (2013) continua, “o aspecto concreto da riqueza abstrata consubstanciada na mais-valia” representa uma forma de extrato da mais-valia absoluta. Esta forma de se auferir mais-valia absoluta, obter-se-á através de mecanismos de extração de mais valia. Por isso, de acordo com Lopes (2013), quando há um aumento da jornada de trabalho, por exemplo, se tem um aumento da mais valia absoluta. Visto isso, Marx assinala que o processo de acumulação de capital tende a acentuar estes mecanismos de extração do mais-valor dado que o objetivo final no capitalismo é a acumulação do D' , do capital.

O uso da mais-valia absoluta pelo capital apresenta um certo limite, como, por exemplo, o aumento da jornada de trabalho, dado que a exacerbação deste uso pode levar a

um conflito entre as estruturas físicas de produção e as relações de organização social (LOPES, 2013). Quando a grande indústria, com uma inovação no modo de produção, surge como solução para garantir o desenvolvimento do capital, aqui é apresentada por Marx em O Capital a produção de mais-valia relativa.

Com isto, entende-se que a mais-valia relativa seria uma forma de extração de mais-valor que diminua a jornada de trabalho, e, portanto, amenize o conflito entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção, ou seja, se produz, por exemplo com a intensificação do grau de exploração da força de trabalho. Isto decorre da inovação ocorrida na indústria, por exemplo, que permita o barateamento da reprodução da força de trabalho (seu valor), possibilitando aos capitalistas uma nova forma de exploração além da convencional. Marx (1985, p. 251) afirma que

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.

As duas formas não podem ser entendidas como formas opostas de mais-valia, as mesmas podem ocorrer de maneiras simultâneas, como afirma Lopes (2013). O que acontece na realidade é um desenvolvimento do capital que passa a se utilizar de outros meios para dar prosseguimento ao seu processo de acumulação. Cabe destacar, por fim, que tanto a mais-valia absoluta quanto a relativa são modos de expropriação do valor da força de trabalho pelo capital. A mais-valia absoluta foi uma das primeiras formas de extração do valor pelo capital, porém, com os conflitos de classe e, principalmente como salienta Saad-Filho (2001), uma nova maneira de gerar mais valor por excedente, de forma a amenizar os conflitos de classe inevitáveis dentro dos ambientes industriais, tem-se então o desenvolvimento de formas de extração de mais-valia relativa.

Portanto, a mais-valia relativa nada mais é do que a continuação da exploração do trabalho, entretanto, a partir de outras vias possibilitadas pelo avanço do capitalismo e que não anula a outra maneira de extração do valor. O movimento da predominância da mais-valia absoluta para mais-valia relativa é a base da mudança do processo de acumulação do capital, como visto em Lopes (2013, p. 131).

Antes de iniciar o estudo da exploração do trabalho e, conseqüente expropriação da mais-valia pelos donos do meio de produção, é importante ressaltar que o termo exploração não pode ser entendida com base em uma concepção moralista, como se o capitalista infringisse uma ética, de forma injustificada ou como se fosse um ato de crueldade por conta

do capital em relação aos trabalhadores, cujo o único objetivo seria se apropriar do trabalho alheio em forma de mais-valia. Esse tipo de análise moralista tende a identificar a mais-valia como resultado de um roubo, o que distorceria o real funcionamento do capital e a própria análise marxista – apesar de o capital se apropriar da mais-valia baseada no trabalho que os trabalhadores fazem no processo produtivo (CARCANHOLO, 2013).

Segundo Carcanholo (2013, p.197), a concepção de exploração em Marx tem sentido mais estendido. Significa usar, utilizar, consumir ou explorar a capacidade que o bem em foco tem de satisfazer a necessidade do sujeito que o utiliza, ou seja, a “exploração significa consumir/realizar o valor de uso (a capacidade que uma mercadoria possui de, mediante as suas propriedades materiais/objetivas, satisfazer as necessidades humanas – nesse caso, as necessidades de valorização do capital) próprio da mercadoria em questão”. Assim, a mercadoria força de trabalho nada mais é do que qualquer outra mercadoria que possa ser ofertada e demandada, e mais, como mercadoria possui seu valor de uso e valor como unidades dialéticas, sendo o valor “equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzir e reproduzir a capacidade de trabalho, de acordo com determinações sociais e históricas”. Os pensamentos dos economistas clássicos supõem que os salários pagos aos trabalhadores correspondem a este valor produzido. Enquanto que o valor de uso da força de trabalho é considerado pela sua utilidade, por aquilo que o trabalhador sabe fazer, o que efetivamente ele o faz na produção.

A criação de valor é implicada pela decorrência do consumo do valor de uso da força de trabalho, dado que o trabalho é o fundamento do valor. E como esse produto é de quem demandou a força de trabalho, os donos dos meios de produção, o valor gerado por eles é apropriado pelo capital. A diferença de Marx para os clássicos consiste em analisar que ao determinar a jornada de trabalho, o capitalista busca se apropriar do trabalho que excede o necessário para o trabalhador reproduzir a força de trabalho, com o que se tem a concepção/extração correspondente de mais-valia.

Ao construir uma das maiores críticas a economia política da época, Marx desvela os fundamentos da produção não percebidos por autores antecessores a ele, ou seja, desnuda o próprio fundamento do capitalismo (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013), sendo a exploração do trabalho fundamento vital para o processo de continuação/acumulação de capital. O grau de exploração do trabalho combina com a relação de dois elementos, a relação entre a mais-valia produzida (m) e o valor do capital variável (v) usado para produzi-la, o que pode ser expresso na fórmula matemática: $m' = m/v$ – onde m' é a taxa

de mais-valia ou grau de exploração da força de trabalho e v é o capital variável. O que qualquer capitalista busca é o lucro para a continuidade de suas atividades produtivas, sendo este decorrente/ produto da mais-valia. Logo, usando um exemplo numérico da fórmula vista, se o valor produzido por um trabalhador é 8.000\$ e a mais-valia é de 4.000\$, a taxa de exploração é de: $m' = m/v = 4.000/8.000 = 0.5 = 50\%$.

Para manter suas atividades, o capitalista precisa obter uma taxa de lucro maior que seu capital investido, ou seja, ele precisa que a mais-valia expropriada do trabalhador seja maior que o custo com investimento do capital constante (k) e do capital variável. Entende-se capital constante como bens fixos de produção, como por exemplo máquinas, e como capital variável a força de trabalho. Logo, aglutinando a equação anterior com a de lucro ($l' = m/k+v$), tem-se que $l' = m' (v/k+v)$. A partir dessa equação, Marx chega a outra categoria importante, qual seja, o da composição orgânica do capital, que é a razão entre o capital constante e o capital variável. Ou seja, a composição orgânica do capital equivale ao somatório dos fatores de produção (capital fixo e insumos) mais a força de trabalho necessária para produzir (NASCIMENTO, DILLENBURG e SOBRAL, 2013, p.102).

Marx conclui consideráveis elementos dessa relação. Por um lado, relevando-se determinado capital variável, quanto maior a mais-valia produzida pela força de trabalho demandada por este capital, maior será a taxa de exploração da força de trabalho por ele empregada. De outra forma, se a mais-valia produzida é dada, quanto menor for o capital variável antecipado, maior o grau de exploração ao qual os trabalhadores estarão subjugados. Por fim, o grau de exploração do trabalho está ligado unicamente ao capital variável, ou seja, a exploração sobre os trabalhadores não depende do que eles recebem de salário, mas sim da taxa de mais-valia produzida por cada um deles (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013).

Assim, se entende que a exploração da força de trabalho em I'Capital representa: trabalho alheio não remunerado; mais produto não apropriado pelo trabalhador direto; acumulação de capital formada em trabalho alheio não pago por um valor semelhante; tempo de vida entrevado, sem equivalente remuneração; baseado na propriedade privada capitalista; fundamento do capitalismo; riqueza distribuída em benefício da classe não produtora (NASCIMENTO, DILLENBURG e SOBRAL, 2013). Ou, como argumentou anteriormente Carcanholo (2013), não se trata de exploração no sentido moralista, dado que o capitalista promove uma troca de equivalentes (força de trabalho por valor da força de trabalho/salário), entretanto, a questão ética se coloca na medida em que se tem no capitalismo um

prolongamento da jornada de trabalho para além do que é necessário para recompor o seu valor.

Marx, portanto, se dedica a desvendar as relações de produção existentes no capitalismo, sendo a análise da exploração do trabalho um dos objetivos centrais, ou categoria desvelada pela análise marxiana. Em resumo, a mercadoria força do trabalho é demandada no mercado pelos donos dos meios de produção por um preço que é equivalente ao seu valor – corresponde a uma soma de dinheiro com a qual o trabalhador adquire meios de subsistência para sua reprodução (e de sua prole, daí os termos proletariado). Porém, Marx desmistifica essa relação ao fazer uma exposição dialética dessas relações e chegar a conclusão que os capitalistas se utilizam de mecanismos para aumentar o grau de exploração, chegando às formas de extração de mais-valia relativa (NASCIMENTO, DILLENBURG; SOBRAL, 2013).

A concorrência entre os capitalistas impulsiona cada vez mais uma maior extração de mais-valia, na tentativa de se manter numa economia cujo signo é o processo de concentração e posterior centralização de capital, ou seja, aos capitalistas tampouco resta alternativa a não ser recorrer a um maior grau de exploração do trabalho, a uma ampliação do uso dos mecanismos de exploração (NASCIMENTO; DILLENBURGD; SOBRAL, 2013). Em outros termos do exposto anteriormente, os capitalistas reforçam os mecanismos de exploração da força de trabalho, de forma a sempre obter uma maior taxa de mais valia, para assim se manter competitivos. Por isto, o capital se utiliza de meios de extração do mais-valor pelas duas vias, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, a mais valia-valia absoluta resulta, como exposto anteriormente, de um maior aprofundamento dos mecanismos tradicionais de exploração da força de trabalho, como por exemplo o aumento da jornada de trabalho, a mais-valia relativa consiste num barateamento da reprodução da força de trabalho, sendo que ambas são usadas na tentativa do capitalista de conseguir uma maior composição orgânica do capital e posteriormente conseguir uma maior parcela do valor gerado no esquema $D-M- D'$, ou seja, um maior capital (D'). A corrida entre capitalistas por maior apropriação de valor desemboca no que Marx chama de processo de acumulação de capital.

Não somente se dá a acumulação pela maior concorrência entre capitalista, mas também pela sua combinação com a concorrência entre os próprios trabalhadores, no que originou o que Marx chama de exército industrial de reserva. Marx explica que no capitalismo existe um desemprego estrutural que permite ao capitalista se utilizar de um

contingente de força de trabalho não ativo que permita aumentar o grau de exploração da taxa de mais-valia, pressionando os trabalhadores empregados a produzirem mais valor. De forma, um maior EIR se traduz em um maior controle social do capitalista para com os trabalhadores, fazendo com que aumente a concorrência entre eles, intensificando os mecanismos de exploração do trabalho e, portanto, aumentando a mais-valia. Esta divisão da classe trabalhadora é essencial para a continuidade do processo de acumulação (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013). Marx conclui (1988, livro I, v.II, p.733) que o que impulsiona o processo de acumulação de capital é a formação desse EIR.

Em outras palavras, a concorrência intercapitalista ou a expropriação dos donos dos meios de produção pelos próprios donos dos meios de produção (processo de centralização do capital), é causado pelo aumento mais acelerado do capital constante em relação ao capital variável, movimento que faz crescer a oferta de força de trabalho para além da demanda e, conseqüentemente, engrossando o EIR (cujas origens históricas devem ser buscadas na própria conformação do modo de produção capitalista, como bem o demonstram os métodos de acumulação primitiva). Destarte:

No livro I Marx não explicita as leis que conduzem ao processo de centralização, mas sabemos que o faz no livro III, no qual está demonstrado como os capitais individuais com maiores composições orgânicas de capital se apropriam de parcelas maiores da mais-valia social (mais-valia extraordinária), o que lhes garante um (sobre)lucro acima da média social. Os demais capitais individuais, com menores composições orgânicas, obtêm lucros menores do que a mais-valia por eles produzida. (NASCIMENTO; DILLENBURG, SOBRAL, 2013, p.111)

Isto explica que, capitais individuais com maiores composições orgânicas de capital produzem com um valor menor e se apropriam de uma maior parcela da mais-valia social gerada, o que lhes assegura um lucro extraordinário. O contrário ocorre com os capitais individuais com menores composições orgânicas de capital que se apropriam de menores parcelas do mais valor social gerado. Marx continua concluindo que a concorrência entre capitais deixa claro a sobreposição de um capital sobre outros,

Os capitais grandes esmagam os pequenos (...). Os capitais pequenos lançam-se assim nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta (...) E acaba sempre com a derrota de muitos capitalistas pequenos, cujos capitais ou soçobram ou se transferem para as mãos do vencedor. (MARX, 1985, liv. I, vol. II, p. 727)

Retoma-se então a ideia de que o desenvolvimento da concorrência entre os capitalistas exige deles a utilização de todos os mecanismos de exploração da força de trabalho, na tentativa de se manter competitivos e conseguir uma parcela cada vez maior de

mais-valia, caso contrário, isto é, os que não conseguem se manter, serão esmagados pelos capitais maiores. Isto explica o porquê do aprofundamento dos mecanismos de exploração, e também leva a entender o que mais tarde, bem desenvolvido por Marini seria o conceito de superexploração do trabalho.

Essa cisão da classe trabalhadora tende a ser maior em períodos de crise por conta do aumento do EIR, usado pelos capitalistas para o controle do preço da força de trabalho. Para manter o nível de competitividade, os capitalistas precisam aumentar os níveis de exploração dos trabalhadores e usar dos mecanismos de exploração da força de trabalho listado por Marx. Os trabalhadores, por sua vez, encontram-se pressionados a se submeter a exploração por conta do aumento do EIR, sobre a prerrogativa de serem novos desempregados.

A partir do exposto fica claro que, o processo de acumulação no capitalismo, para além de ser seu principal objetivo, se desenvolve sob a égide da expropriação da mais-valia, ou seja, aumento da exploração da força de trabalho. A concorrência intercapitalista e a concorrência entre trabalhadores se dá de forma a se ter uma maior composição orgânica do capital e, assim, conseguir uma maior parte da mais-valia social gerada. Na concorrência entre os trabalhadores, o EIR age como um controlador social por parte dos donos dos meios de produção para com os trabalhadores, na finalidade de diminuir o preço da força de trabalho ao mesmo tempo que se aumenta a utilização dos mecanismos de exploração sobre os trabalhadores. A desunião da classe trabalhadora é o ponto chave da continuidade do processo de acumulação de capital e, não à toa, Marx no Manifesto do Partido Comunista faz o célebre chamado “trabalhadores de todo mundo, uni-vos! ”.

Por fim, resume-se que, a exploração da força é essencial ao processo de acumulação do capital, dependente pois da apropriação do trabalho excedente (mais-valia). Desta forma o capitalista se utiliza de mecanismos que permitem a sua extração, como a prolongação da jornada de trabalho e, em função do avanço da luta de classe, pela pressão por melhores condições de trabalho nas atividades laborais, o capitalismo se viu obrigado a incorporar novos mecanismos de extração da mais-valia, o que explica o surgimento do barateamento da reprodução da força de trabalho como resultado do avanço tecnológico, ou seja, a tecnologia é importante não só para poupar força de trabalho mas também porque reduz o valor dessa mesma força ao baratear o preço das mercadorias (em função do aumento da produtividade) e possibilitar uma correspondente redução de salários.

A medida em que a acumulação de capital vai se desenvolvendo, tem-se concorrência tanto entre trabalhadores quanto entre capitalistas. No primeiro caso, em função da

conformação de um contingente de desempregados que nos períodos de crise tende a aumentar de forma a pressionar os trabalhadores empregados a se submeterem a maiores graus de exploração do trabalho ou a diminuírem o valor da força de trabalho, garantindo maiores taxas de extração de mais-valia. No caso da concorrência entre capitalistas, os capitais com maiores composições orgânicas se apropriam de maiores porções de mais-valia social gerada, enquanto os menores são esmagados pelos maiores (centralização).

Capítulo 2 – MARX EM MARINI: A CONCEPÇÃO TEÓRICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A partir da análise da categoria de mais-valor em Marx, e seus desdobramentos, dentre os quais a discussão acerca da exploração, o objetivo dos capítulos subsequentes é compreender o rebatimento da obra marxiana no pensamento latino-americano, especialmente os desdobramentos daquele debate no interior da Teoria Marxista da Dependência (TMD), a qual terá como uma das categorias centrais a de superexploração da força de trabalho.

Uma das principais correntes teóricas que dialoga com a TMD é a cepalina ou desenvolvimentista, construída pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) no auge dos anos 1950 e 1960, e que buscou entender a industrialização da região latina no período pós-crise de 1929. As teses cepalinas ganham projeção sobre o continente principalmente no pós-segunda guerra. Nos anos 1960 e 1970, autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e dependentistas como Fernando Henrique Cardoso (FHC), Enzo Falleto e José Serra, denominados weberianos, ganharão maior projeção. O destaque no presente trabalho fica a cargo de Ruy Mauro Marini, que na década de 1970 lançou alguns ensaios e livros sobre a questão da dependência, dentre os quais o célebre “Dialética da dependência”.

Almeida Filho (2013) faz um resgate crítico desses autores, principalmente de Marini, e explica o renascimento que a teoria da dependência marxista tem na atualidade. Os motivos parecem ser muitos, entretanto um tem se destacado, qual seja, as transformações inatas ao capitalismo (ciclos de expansão e crises) especificamente, o andamento do desenvolvimento, com contradições internas que tendem a ser reproduzidas de forma estrutural e, conseqüentemente, acentuar os conflitos sociais. A investigação feita pelos marxistas com relação ao capitalismo difere das feitas por keynesianos e neoclássicos pelo seu caráter holístico. Sendo assim, é esclarecido o porquê de a perspectiva marxista conseguir prevalecer em tempos de crises sistêmicas. Na especificidade da América Latina, a teoria da dependência contestou e contesta o paradigma dominante que ronda as economias latino-americanas, seja o desenvolvimentismo ou, na atualidade, o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo, por exemplo.

A obra de Ruy Mauro Marini integra-se no hall das mais exponentes e genuínas do pensamento social e do marxismo latino-americano no século XX. Por motivos de conjuntura,

à época, seus escritos foram pouco difundidos no Brasil, sendo retomado no começo do século XXI com mais afinco. Os motivos, de acordo com Martins (2013), desse relativo “esquecimento” são o golpe civil-militar de 1964 e a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina nos anos posteriores ao golpe. Durante o golpe civil-militar no Brasil em 1964, Marini era professor da Universidade de Brasília (UnB) e por conta da censura e perseguição política do regime militar, ele não pode produzir grande parte de sua produção no Brasil. A segunda foi a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina, durante a década de 1970, o que acabou por fortalecer a ofensiva conservadora, cerceando o isolamento ideológico. Há, ainda, uma terceira razão referente ao episódio da redemocratização, em que o subterfúgio da burguesia foi uma articulação com um novo consenso ideológico e achou campo de disseminação nas ciências sociais, este liderado pela comunidade acadêmica liberal comprometida com a hegemonia estadunidense.

Martins (2013, p.16), enumera quatro grandes temas presentes na obra de Marini:

Em primeiro lugar, a economia política da dependência, que, a partir dos anos 1990, se converte em economia política da globalização. O segundo grande tema da obra de Marini é a análise do modelo político latino-americano. O socialismo enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória tem presença destacada na obra do autor. O quarto tema de grande relevância na obra do autor é o pensamento latino-americano, cujas principais correntes sistematiza e analisa na década de 1990, tendo-se em vista a tarefa de sua revisão crítica para atender aos desafios do século XXI.

As obras de Marini que se situam entre 1969 e 1979 seriam as primeiras produções acerca do desenvolvimento da economia política. Martins (2013) listou as seguintes obras: *Dialética da dependência* (1973); *as razões do neodesenvolvimentismo: resposta a F.H.C Cardoso* (1978); *O ciclo do capital na economia dependente* (1979a) e *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979b). Se pode acrescentar também *Subdesenvolvimento e revolução* (1974). Nos anos de 1990, o autor começa a segunda parte de sua economia política, centrada, em especial, nos processos e tendências da globalização capitalista.

Nessas obras, como diz Martins (2013), o teórico inicia a sua compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que gera e multiplica padrões nacionais/locais diferentes de acumulação. O capital cria centros mundiais da acumulação de capital e regiões dependentes em processo global de transferência de valor que tende a acentuar a polarização centro e periferia. Mais especificamente sobre a TMD, não vê como o capitalismo possa romper com as desigualdades sociais, pelo contrário o capitalismo engloba todas essas desigualdades em seu modo de produção como fator

condicionante do seu desenvolvimento, podendo até acentua-las (TRASPADINI,2005). A teoria marxista da dependência ao afirmar o caráter dependente dos países latino-americanos continua contemporânea para propor a sua superação.

Como afirmar Carcanholo (2013, p. 192), o

resgate crítico [da TMD na atualidade] implica, portanto, o resgate das principais teses da Teoria marxista da dependência – centro e periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; identificando condicionantes estruturais da dependência e necessidade de sua articulação dialética com as distintas especificidades conjunturais; papel central da superexploração da força de trabalho, entre outras –, ao mesmo tempo em que elas se articulam com as especificidades históricas do capitalismo contemporâneo.

Logo, pode-se adiantar que como este trabalho se pretende tratar de uma teoria marxista que busca compreender o desenvolvimento latino-americano. Como trata-se de um resgate crítico marxista sobre o desenvolvimento de países periféricos, faz-se necessário perpassar conceitos e/ou categorias que permeiam esta teoria, tais como as anteriormente mencionadas: centro e periferia; mais-valor; imperialismo; capitalismo mundial; acumulação de capital, superexploração da força de trabalho etc – destacadamente essa última. Isto tudo dentro de uma metodologia dialética que logra entender a realidade dado o processo histórico no qual foi formado, neste caso o desenvolvimento das economias periféricas.

Para compreensão da TMD precisa-se fazer um resgate da teoria marxista sobre valor, como descrito no capítulo anterior, quando foi detalhado o entendimento de mais-valor e sua extração, para posteriormente entender o processo de acumulação. Marini (1973) ao se debruçar sobre a teoria do valor, parte da hipótese de que as economias periféricas, assim constituídas como periferia mundial, possuem sua característica de subdesenvolvimento (termo este utilizado amplamente pela CEPAL), por necessariamente precisar produzir uma mais-valor para dar andamento ao seu processo de acumulação como para garantir a acumulação dos países centrais. Os motivos da dependência são tratados por este autor no decorrer da Dialética da dependência, e por sua vez, entende-se superexploração como a caracterização da diminuição dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor, isto se dá pela acentuação dos mecanismos de exploração descritos por Marx em O Capital.

A categoria de superexploração em Marini (1973) faz referência, pois à taxa de mais-valor a mais gerada para atender a burguesia dos países periféricos e a burguesia dos países centrais. Fazendo um breve resgate da concepção em Marx sobre mais-valor, esta é entendida como o mais-trabalho além do trabalho necessário, ou seja, o quanto de trabalho a mais que

trabalhador executa e supera o necessário para repor o valor da força de trabalho (CARCANHOLO,2013). A taxa de mais valia corresponde ao grau de exploração. A (super)exploração em Marx corresponderia a um maior grau da exploração, porém em Marini corresponde a um condicionante estrutural para a geração da mais-valia social, que será apropriada em maior parte pelos capitais centrais.

Numa breve retrospectiva, a mais-valia se divide em duas a absoluta. A mais-valia absoluta é atingida a partir dos meios tradicionais de extração de mais-valor, dentre eles a prolongação da jornada de trabalho. A segunda, considerada por Marx como um resultado da luta por maiores reivindicações nas áreas industriais, a luta classes, levou a um outro tipo de extração do mais-valor, a mais-valia relativa. Este movimento do predomínio da mais-valia relativa nos países centrais, a partir das lutas de classes nesses países permitiu, como por exemplo a diminuição da jornada de trabalho, o bem-estar destes trabalhadores, e o barateamento dos bens que compõem a cesta de consumo do trabalho, em função da introdução da tecnologia, permite que o valor da força de trabalho seja reduzido, aumentando-se então a mais-valia, relativa. Em contraposição, a TMD afirma então que esse movimento nos países periféricos ocorre concomitante a um agravamento da extração da mais valia, para ser mais específico da mais-valia absoluta (MARINI, 1973).

Marini (1973) argumenta que para haver nos países centrais o movimento da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, os países periféricos precisariam manter seu padrão de acumulação de capital baseado numa mais-valia absoluta. Isto significa que, dado uma condição de dependência, os países de menor composição orgânica de capital, países periféricos, precisariam aumentar o grau de exploração da força de trabalho se utilizando dos mecanismos de exploração. Então, pode-se resumir, o que se coloca como ponto central nesta parte do trabalho: o modo como as economias latino-americanas podem se desenvolver dado um processo de desenvolvimento baseado na superexploração do trabalho. De acordo com Marini (1973), o processo de acumulação de capital em economias centrais tende a se dar com base no deslocamento da mais valia absoluta para a mais valia relativa, em outras palavras, acumulação que passa a explorar menos o trabalho e passa a depender mais da capacidade produtiva do trabalho. Enquanto que nas economias periféricas ocorre o contrário, há uma intensificação do uso do fator trabalho, a superexploração, e concomitante aumento da extração de valor que será remetido aos centros, garantindo lá a dinâmica de acumulação de capital. Nas palavras de Marini (2005, p.189):

(...) a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento

da produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real.

Para entender o porquê do dinamismo que a capacidade produtiva assume nas economias centrais precisa-se voltar a Marx. A transformação da mais-valia absoluta em mais-valia relativa foi fruto da pressão da luta de classe por melhores condições de trabalho. Isto fez com que os capitalistas tivessem que repensar um novo modo de extrair a mais-valia que não os meios tradicionais. A inovação tecnológica vem no sentido de se extrair a mais-valia relativa, por isso recai sobre a capacidade produtiva o principal fator de uso do valor dentro da acumulação capitalista nas economias centrais (LOPES,2013).

A relação dialética do desenvolvimento latino-americano acontece quando este movimento de mais valia absoluta para a relativa não acontece como os dos países centrais. Nos países periféricos, o processo de acumulação do capital depende mais da exploração do trabalho, este é o caráter contraditório explicitado por Marini (1973).

Portanto, a superexploração converge para a categoria de exploração de Marx em O Capital, livro I, quando em ambas trata-se de um aumento do grau de exploração da força de trabalho (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, p.116, 2013). Logo, para manter seu nível de lucro constante, os donos dos meios de produção dos países periféricos precisam explorar ainda mais a força de trabalho, de forma a garantir a mais valia a ser usada pelos burgueses periféricos e a mais valia a ser transferida para os burgueses dos países centrais, tal processo é conhecido como transferência de valor (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, p.116, 2013).

Por fim, pode-se entender a superexploração em Marini (1973) como a maior exploração da força de trabalho, em contraposição ao aumento da produtividade, e, um dos modos de se verificar está no fato da força de trabalho ser remunerada abaixo do seu valor, além da combinação de outros elementos que também aumentam esse grau de exploração. Este conceito é fundamental para o entendimento da dependência e do modo de como se dá a acumulação nessas economias.

Ao complementar com a discussão, a superexploração só faz sentido quando se é trazido à tona o que é a transferência de valor, longe de uma visão cepalina de troca desigual. Carcanholo (2013, p.81) deixa claro que em Marini a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente e mais,

Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos estruturais de transferência do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais.

Marini faz a distinção de dois dos mecanismos de transferência de valor, porém, baseado em Carcanholo (2013, p.81), este trabalho acrescentará um. Estes apesar de combinados, referem-se a níveis de abstração de diferentes processos das trocas mercantis. No primeiro nível de abstração, parte do pressuposto de que, a lei do valor, na conjuntura da economia mundial, faz com que economias que tem capitais com produtividade menor que a média mundial se encaminhem a produzir mais valor. A mercadoria é vendida pelo valor de mercado, ou o social, de acordo com o trabalho necessário, e os capitais com produtividade maior que a média negociariam suas mercadorias no mercado, extraíndo, assim, “uma mais-valia para além daquela que eles mesmos produziram, a mais-valia extraordinária”. O segundo modo de transferência se manifesta, supondo-se um nível de abstração menor, nas trocas mercantis. Neste nível de abstração considere-se que a demanda é igual a oferta, os preços dos bens gerados são correspondentes ao seu valor. A hipótese é de que nesse mecanismo há monopólio de produção de mercadorias com elevada composição orgânica de capital por parte dos capitais ativos nos países centrais. Logo o aparecimento da mais-valia extraordinária, manifestada pelo lucro extraordinário, será destinado aos setores com elevada produtividade além da média da economia, ou seja, a parcela maior do mais valor social produzido será apropriada pelos maiores capitais, aqueles que estão localizados nos países centrais.

O terceiro mecanismo de transferência de valor é resultado de uma associação do monopólio com os preços efetivos de mercado nas economias centrais (CARCANHOLO,2013). Quando, numa situação de monopólio em um mercado específico, isto possibilita ao monopolista a manutenção do preço, durante um período de tempo determinado, acima dos preços da produção de mercado. A consequência para o mercado é a sustentação temporário, por parte do monopolista, de um volume de produção abaixo da demanda. Com essa situação, esses capitais se apropriariam de um lucro extraordinário, ou seja, de um lucro acima da média e, assim, uma extração de mais-valia extraordinária para além do que se foi produzido.

Vistos os três mecanismos de transferência de valor, agora é possível entender a forma diversificada que se encontra o comércio internacional. A troca desigual, na compreensão de Marini (1973), é entendida quando os países, ao se inserirem na esfera de circulação de mercadoria, a economia mundial, cada um possui um papel no processo de divisão internacional do trabalho, no qual países periféricos transferem valor, através dos mecanismos listados, aos países centrais.

Por fim, o mecanismo de compensação à transferência de valor para os países centrais, na periferia, é a superexploração do trabalho (CARCANHOLO, 2013). Economias centrais que possuem maiores composições orgânicas de capital extraem mais valor gerado das economias com menores composições orgânicas de capital. É possível compreender o motivo de haver a superexploração da força de trabalho dado que as economias dos países dependentes precisam produzir a mais-valia de forma maior para compensar a transferência e atender ao processo de acumulação seu e do capital central. Essa seria a única maneira dos países subordinados aos países centrais se desenvolverem, e este é o motivo que leva Marini a estudar e a desmistificar o segredo da “troca desigual” (tal como argumenta, ainda que não nesse sentido, a CEPAL) e a focar na superexploração da força do trabalho.

Um último ponto a ser colocado, a visão moralista criada de um país explorador do outro de não está nos estudos de Marini nem da TMD. Esta visão, tipicamente weberiana, destoa da visão marxista sobre a exploração do trabalho em Marx. Para os weberianos é difícil o entendimento de que a transferência de valor está no plano da circulação e realização do valor gerado (CARCANHOLO, 2013). O ponto central da teoria marxista da dependência é essa visão alternativa a visão dominante à época, o desenvolvimentismo, cujo o epicentro da discussão era a “troca desigual”, que ocorreria em função dos países subdesenvolvidos exportarem bens de baixo valor agregado e importarem produtos de maior valor agregado, ou seja, se trabalha aqui com a questão dos preços. Em Marini (1973), os mecanismos que envolvem a troca desigual devem ser buscados na produção do valor, sendo possível então afirmar acerca da transferência de valor entre economias centrais e periféricas, sendo que a superexploração do trabalho era o condicionante específico estruturante das economias latino-americanas, ou seja, a acumulação de capital só é possível na periferia em função da superexploração. Por isso, se entende a superexploração como elemento condicionante essencial para o desenvolvimento das economias periféricas e, também, estruturante na relação entre economias centrais e periféricas, estabelecendo-se uma relação de dependência entre elas.

A especificidade das economias dependentes seria a necessidade de se gerar mais e mais valor, o que se dá via superexploração do trabalho. Ainda que haja um debate crítico sobre o termo superexploração ou exploração do trabalho, Marini deixa claro que a superexploração seria uma categoria específica do processo de acumulação das economias centrais, não que a superexploração não possa existir nos centros ou que a exploração da força de trabalho sempre seja maior nas periferias, mas sim que a superexploração é um elemento

estruturante do desenvolvimento dialético centro-periférico (NASCIMENTO; DILLENBURG; SOBRAL, 2013).

Portanto, os países periféricos teriam que se aprofundar nos mecanismos de exploração do trabalho, estes seriam: prolongamento da jornada de trabalho, intensidade do trabalho e o pagamento dos salários abaixo de seu valor. Isso significa um predomínio da mais-valia absoluta, a exemplo do aumento da jornada de trabalho sobre os trabalhadores das periferias, por conseguinte o fator trabalho nestas economias seria preponderante ao capital instalado, as máquinas, de forma geral, e ao desenvolvimento tecnológico. Elevando-se, enfim, as taxas de mais-valia e lucro. No que Marini (1973,s.n) explica

De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura os efeitos do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

Como analisado no capítulo anterior, economias com maiores composições orgânicas de capital tendem a esmagar as de menores composições e absorver a mais-valia social gerada, de acordo com a análise marxiana. Isto é o procedimento chave que ocorre dentro de uma esfera de circulação ou na economia mundial. Logo, segundo Nascimento, Dillenburg e Sobral (p.17, 2013), o porquê de se ter uma superexploração está no fato de que a força de trabalho de economias periféricas precisarem produzir mais valor de forma a ser expropriado pelos donos dos meios de produção das economias periféricas e os donos dos meios de produção das economias centrais, fator este estruturante do processo de acumulação do capital nas duas economias.

Este é o ponto central que a TMD busca estudar. A vertente weberiana da teoria da dependência acredita ser possível diminuir este grau de dependência. A vertente marxista, pelo contrário, afirma ser uma situação estruturante própria do desenvolvimento capitalista e, portanto, insuperável nos marcos do desenvolvimento desse modo de produção.

A consequência da superexploração é evidente, primeiro, para os trabalhadores, porque representa um desgaste de sua força de trabalho dada a intensidade de exploração. Segundo que, como dito antes, a predominância da mais-valia absoluta demonstra a dificuldade do desenvolvimento tecnológico, este por sua vez dificulta o barateamento da reprodução da força de trabalho e uma dependência do fator trabalho. E terceiro é o objetivo central da

superexploração fazer com que a remuneração do trabalhador seja menor que o valor que foi necessário para sua produção (NASCIMENTO, DILLENBURG; SOBRAL, 2013).

Uma adendo para uma análise marxista sobre o objeto estudado neste trabalho: o estudo acerca dessas relações centro-periferia, sua gestação e leis de desenvolvimento capitalista a que estas estão condicionadas historicamente, usando o materialismo histórico para se entender as especificidades da periferia e os motivos que fazem ser periferia devem perpassar necessariamente pela formação histórica econômica desses países, tipo de estudo que vai além do escopo deste trabalho, porém deve ser dado sua devida importância. Portanto, deste modo, as dependências das economias latino-americanas possuem suas particularidades e os motivos que levaram a sua dependência devem ser considerados em qualquer análise que se pretenda ter uma real dimensão do universo em que o objetivo de estudo, neste caso a exploração da força de trabalho, está mergulhado.

Um último ponto importante a se destacar sobre o tema, conforme salienta Carcanholo (2013), o desenvolvimento não deve ser entendido em Marx no sentido de ir do “pior” para o “melhor”, mas sim num sentido de processualidade. A análise do desenvolvimento, principalmente das economias periféricas, deve ser feita a partir de um estudo dialético e considerando-se certa formação histórica desta economia, neste caso a brasileira. “Assim, no caso do desenvolvimento histórico, tem-se a processualidade da história por distintos modos de produção, sempre dialética e historicamente determinados” (CARCANHOLO, 2013, p.193). Como forma de estabelecer uma contraposição com os estudos da TMD, a subseção seguinte faz uma breve análise da teoria do desenvolvimento, como forma, ademais, de promover-lhe um tributo ao caracterizar sua importância.

Seção 2.1 – A importância do pensamento desenvolvimentista para os estudos das formações sociais latino-americanas

Nesta parte do trabalho pretende-se fazer uma breve passagem sobre a concepção cepalina de industrialização e desenvolvimento, com um foco especial no artigo de Maria da Conceição Tavares escrito em 1972, *O Auge e Declínio do Processo de substituição de Importação*, destacadamente para a compreensão do caso brasileiro. Bielschowsky (1998) define a CEPAL como uma escola econômica de pensamento especializada no estudo das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos.

A CEPAL se utiliza do método histórico-estruturalista, consideravelmente indutivo, baseados nos escritos de Prebisch. Dessa forma, a CEPAL entende que os países atualmente periféricos o são por conta de um dado processo histórico que determinou, dentro da divisão internacional do trabalho, a designação deste papel. No que Bielschowsky (1998, p.22) explica,

(...) em suas características centrais, o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia seria distinto do que ocorre nos países centrais. As diferenças devem ser encontradas no fato de que as economias periféricas possuem uma estrutura pouco diversificada e tecnologicamente heterogênea, que contrasta com o quadro encontrado na situação dos países centrais. Nestes, o aparelho produtivo é diversificado, tem produtividade homogênea ao longo de toda sua extensão e tem mecanismos de criação e difusão tecnológica e de transmissão social de seus frutos inexistentes na periferia.

Em seu célebre trabalho *O Auge e Declínio do processo de substituição de importações*, Tavares converge com a produção da Comissão Econômica para América Latina quanto à análise do processo de industrialização do Brasil, mostrando ter sido fundamental para o país o modelo de desenvolvimento entendido pela CEPAL como processo de substituição de importações (PSI). Esse processo fez parte de uma industrialização entendida por Tavares como tardia, no sentido de não ocorrer como ocorre nos países centrais, ou seja, a industrialização dos países subdesenvolvidos se daria por meio de um processo de substituição de importações.

Este processo foi conceituado pela autora como não apenas uma diminuição ou desaparecimento de determinadas importações (e sua substituição pela produção doméstica), mas como parte de um modelo de desenvolvimento econômico. A autora o conceitua como “um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (TAVARES, 1972, p.41). Neste modelo de desenvolvimento, o Estado brasileiro estaria de forma presente, de forma a promover o desenvolvimento através de políticas econômicas nos setores chaves da economia. Duas políticas estatais mereceram destaque no caso brasileiro: a de comércio exterior, sobretudo a cambial, e a de investimentos para superar o que se chama de “pontos de estrangulamentos” nos setores de infraestrutura e financiamento.

Tais “pontos de estrangulamento” são essenciais para explicar a industrialização no Brasil. Basicamente, Tavares (1972), separa estes pontos em dois: absolutos e relativos. Os pontos de estrangulamento absolutos podem ser entendidos quando a capacidade de importar

da economia. Os pontos de estrangulamentos relativos podem ser entendidos quando a capacidade de importar da economia cresce de forma menor que o crescimento do produto. A primeira forma está associada as contrações do comércio internacional em relação aos produtos primários, enquanto que a segunda está associada a uma tendência de longo prazo e tem relação com as tendências do fluxo de comércios dos bens. O entendimento é de estes pontos são essências para compreender a mudança do modelo de desenvolvimento primário exportador para o modelo de substituição de importação, no que Furtado (1970) chamou de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira.

Este deslocamento pode ser interpretado como a mudança da variável dinâmica da economia, que antes, no modelo econômico da República Velha (1889-1929) se desenvolvia sob a égide das exportações de bens primários e, a partir de 1930, passa a se desenvolver com base no investimento com foco na demanda interna (FURTADO,1970). Chega-se então ao ponto essencial na análise cepalina, ou desenvolvimentista da época, a demanda interna passa ser a variável que impulsiona o desenvolvimento econômico.

Prosseguindo, de acordo com Tavares (1972), o modelo seguiria uma dinâmica de desenvolver todos os segmentos necessários a industrialização de forma simultânea, o que, por analogia, seria como um prédio sendo construído ao mesmo tempo. Mesmo assim, ela reconhece que o PSI seguiria um etapismo por conta do tempo de maturação do processo e pelos setores investidos, como por exemplo o setor de bens de capital que demanda mais tempo de maturação.

Maria da Conceição Tavares representaria a ideia de um processo de desenvolvimento, cujo a indústria seria o foco dinâmico da economia brasileira, levando em conta o seu capitalismo tardio. Para a autora, assim como para os desenvolvimentistas a época, as tentativas de desenvolvimento – por exemplo o plano de Metas que significou dentro da história econômica brasileira um marco de desenvolvimento e democracia –, seriam necessárias para a elevação do país no âmbito do comércio internacional. Porém, a autora reconhece os gargalos que levariam ao esgotamento do PSI com o que o Brasil passou de uma estrutura primário exportadora para um país industrializado, no que a autora posteriormente veio a considerar como uma modernização conservadora (TAVARES,1972), sem superar, entretanto, a condição de subdesenvolvimento.

Mais especificamente adentrando na literatura cepalina em geral, o conceito de “troca desigual”, desenvolvido principalmente por Prebisch, é caro a todo o pensamento da Cepal, e consiste no fato dos países periféricos possuírem uma deterioração dos termos de troca

quando chegam no mercado internacional (GURRIERI, 2011). Por produzirem bens primários ao chegarem no comércio internacional, os países periféricos precisam vender mais destes para manter o equilíbrio de sua balança de pagamento, enquanto que países centrais com bens manufaturados possuem um alto preço em relação aos produtos primários. Isto faz com que haja uma discrepância entre as economias centrais e periféricas. O receituário cepalino, no qual se inclui Prebisch, e listado por Adolfo Gurrieri (2011), prevê uma forte intervenção estatal nas economias subdesenvolvidas, além de um esforço internacional entre economias periféricas e centrais para que a renda mundial se iguale e os países possam se desenvolver.

Diante de uma industrialização tardia nos países periféricos, estes países ao chegarem no comércio internacional com produtos com baixo valor agregado sofreriam uma deterioração dos termos de troca, isto geraria uma condição de dependência para com os centros. Conclui-se que o PSI levaria a uma industrialização nos países latino-americanos, esta impediria a corrosão da “troca desigual” em suas economias.

Ao contrário dos cepalinos, Marini não está preocupado em fazer uma análise qualitativa do PSI, ou seja, um estudo minucioso do processo que procurasse equalizar as relações de troca entre as economias periféricas e centrais, mas sim estudar a condição dependente das economias latino-americanas. Marini (1973) segue a tese do deslocamento dinâmico de Furtado, porém diverge quanto ao que possa ser o propulsor do desenvolvimento econômico, que segundo a CEPAL seria a demanda interna.

Marini argumenta que o Brasil, assim como alguns países latino-americanos sequer tiveram uma industrialização, se comparada com os moldes dos países centrais, o que houve foi um processo que na prerrogativa de se lograr uma industrialização, na verdade consistiu numa consonância das elites destes países com a elite internacional para um novo processo de acumulação de capital. Este processo no Brasil, por exemplo, principalmente na década de 1950, com Juscelino Kubitschek, deu origem então às teses desenvolvimentistas. Processo este que só foi possível pelo desenvolvimento da acumulação nas economias centrais, ou seja, o movimento para a predominância da mais-valia relativa sobre a absoluta, ou seja, o capital precisaria de bens que barateassem a reprodução da força de trabalho nos países centrais, assim entra o papel dos países periféricos.

Apesar de Marini entender que houve uma mudança de variável dinâmica da economia, ele discorda que o desenvolvimento das economias periféricas tenha se voltado para a demanda interna. Este autor contradiz a ideia cepalina de que as economias periféricas se mantiveram relativamente fechadas para que pudessem lograr a industrialização, para ele

este processo veio como um consentimento dos países centrais de que estes países pudessem se industrializar (CARCANHOLO,2013).

Depreende-se disto, que a industrialização dos países latino-americanos adveio de um novo processo de acumulação dos países centrais que permitiu a estes a industrialização nos moldes dos centros, sem que isto afetasse o processo de acumulação dos centros e assegurasse a extração de mais-valia, em forma de lucro extraordinário, dos países periféricos ao mesmo tempo que atendesse da passagem da acumulação com centro na mais-valia absoluta para a relativa nos países centrais.

Nestas economias, ao contrário do que dizia os desenvolvimentistas, não criam a própria demanda (nos moldes da conceituação de demanda efetiva de keynes, e inspirados nos modelos de desenvolvimento da CEPAL a época), mas sim, nasce uma necessidade de se atender uma demanda preexistente nas economias centrais, na finalidade de barateamento da cesta de reprodução da força de trabalho nestes países (MARINI,1973).

Logo, a industrialização dos países latino-americanos pode ser entendida como um alinhamento entre as necessidades de uma demanda preexistente nos países centrais, onde surgiu a oportunidade de desenvolvimento dos países periféricos, este é ponto central de divergência com a corrente desenvolvimentista a época.

Desta forma, o processo de acumulação das economias latino-americanas se baseia na intensividade do fator de produção trabalho, em outras palavras, a superexploração da força de trabalho é estrutural dentro do processo de acumulação tanto de economias periféricas quanto das economias centrais. Mesmo com a industrialização dos países periféricos, estes não alçaram a superação da relação dependente com os países centrais, com o que aquele certo “desenvolvimento” só ocorreu graças à continuidade do desenvolvimento das economias centrais que permitiu a modernização conservadora (usando os termos de Maria Conceição Tavares) dos países latino-americanos. O elemento estruturante analisado anteriormente, qual seja, a superexploração, se manteve preservada.

Marini (1973) explica que a periferia apenas se desenvolveu pela conveniência dos centros capitalistas, o que não foi diferente com o desenvolvimento de outros setores da economia, como a indústria pesada. Tal andamento não modificou a hierarquia da divisão internacional do trabalho, apenas possibilitou aos países periféricos a abrangência do seu setor produtivo e isso só foi possível pelo alto desenvolvimento da industrialização nos países centrais, onde se criou o momento propício para o transbordamento do capital destes países para a periferia. Mesmo com esse movimento, a tecnologia mais avançada ainda seria

monopolizada pelos centros capitalistas, a exemplo do setor automobilístico. Por fim, cabe destacar que ao contrário do argumento tradicional, os trabalhadores que seriam incorporados nos novos ramos industriais constituídos na periferia não seriam, necessariamente, os consumidores da produção, já que este trabalhador teria sua remuneração não acompanhada de seu valor gerado, pelo contrário haveria um aumento do grau de exploração sobre a força de trabalho.

Esse argumento sobre o desenvolvimento da industrialização brasileira vai desembocar no que Marini chamou de subimperialismo, o que será tratado mais a frente neste capítulo. Mas que de forma preliminar pode-se afirmar que

(...) o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente (MARINI, 1973).

Baseado em Almeida Filho (2013, p.11), pode-se afirmar que nos anos de 1970, abre-se um debate interno a respeito do perfil da dependência, que teve como umas das consequências uma cisão entre a visão weberiana de Fernando Henrique Cardoso e a visão marxista de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Para uma dimensão da discussão, a divisão teve repercussão tão latente que parte dos estudiosos da historiografia – dentre eles Diana Hunt (1989), “passa a se referir ao aporte da dependência, denotando acordo apenas parcial dos estudiosos do tema em relação ao objeto de estudo, porém significativas diferenças metodológicas.

Um dos pontos mais significativos da polêmica que se deu na cisão interna entre as visões weberiana e marxista tem relação com o “status do conceito de dependência”. Fernando Henrique Cardoso, em seus escritos individuais ou com participação de José Serra, sinalizava “situações de dependência”, ou seja, proporia condições históricas observáveis, entretanto sem andar em uma proposição teórica mais aprofundada. Segundo ele, o termo dependência não atingia a condição de categoria, isto é, não abarcava um ponto de realidade inata (ALMEIDA, 2013). Logo optou-se por “pontos, ou situações, de dependência”.

A análise feita por Fernando Henrique Cardoso está mais relacionada a um enfrentamento direto a CEPAL. Nas palavras de Almeida Filho (2013, p.12), “na leitura cepalina, o diagnóstico da condição de dependência focava as relações econômicas no

contexto da divisão internacional do trabalho”. De maneira que, seria suficiente uma modificação, um remanejamento, das economias nacionais da América Latina para que as relações internacionais tivessem sido alteradas. Fernando Henrique Cardoso sinalizava ligações de classe, que barravam modificações no meio econômico e, como consequência, proporia que essas ligações seriam amenizadas no plano político.

A corrente da TMD seguia outros rumos e, emblematizada pelos trabalhos de Ruy Mauro Marini, entendia o desenvolvimento capitalista latino-americano com particularidades consideráveis o suficiente para requerer um estudo próprio (ALMEIDA FILHO, 2013). Também pode-se dizer, partia da visão do capitalismo como um sistema global e entendiam a dependência como uma categoria essencial.

Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros na intermediação do protagonismo da fundação Ford no Brasil e na América Latina. Para Martins (2013), a consequência disso foi geração de uma comunidade acadêmica liberal, submetida com a dominação burguesa e subserviente com o domínio estadunidense, mas que repudiava qualquer tipo de regime autoritário e, em menor medida, o imperialismo, como papel de exercício do poder. A fundação Ford, em específico do Brasil, teve o objetivo crucial de procurar a formação de uma comunidade emergente que possibilitasse direcionar a base econômica advinda da redemocratização. O efeito disso foi uma reconfiguração das ciências sociais, quando se descartou as interveniências de fatores globais nas sociedades (MARTINS, 2013). Trocou-se o caráter interdisciplinar que predominou durante as décadas de 1950,1960,1970, para uma análise departamental das ciências que compõem as ciências sociais, como a economia, política, história, sociologia, antropologia e relações internacionais. Ou seja, a visão weberiana consiste em um tipo de análise segmentada das ciências sociais, isto explica o olhar sobre a dependência como um problema científico a ser tratado no plano político, pois o ponto de partida está sobre os estados nacionais e não sobre uma análise ampla sobre o capital, como fazem os marxistas teóricos da dependência.

Ao adentrar na literatura de Cardoso percebe-se que Cardoso e Falleto montam uma versão weberiana da dependência. Para eles, a dependência é o paradigma de desenvolvimento das economias periféricas. Com isto, se limitam aos modelos políticos que procuram manter as relações com o mercado mundial e seus indispensáveis agentes ao exercer a soberania nacional, o que requer regulação do Estado. Ainda segundo estes autores,

Nacionalismo, populismo e socialismo são descartados como propiciadores de alternativas de desenvolvimento para os países latino-americanos, uma vez que promoveriam o autoritarismo, o corporativismo e as dificuldades de diferenciação do sistema produtivo – isto é, a estagnação –, combinação

articulada pela presença excessiva da burocracia estatal (MARTINS, 2013, p.27).

Para Cardoso e Falleto, o tamanho da autonomia do Estado perante o grande capital estrangeiro deve ser restringido, assegurando-se, desta maneira, o dinamismo econômico, o crescimento do mercado interno e uma estabilidade democrática. O capital internacional capitaliza o local incentivando saídas maiores do que as entradas por intermédios de pagamentos de remessa de lucros, juros, royalties etc. A causa disso, é vinda da crise de realização de mais-valia que o retorno da remessa de capitais provoca nos países centrais, parcialmente resolvida por meio dos investimentos militares e com o bem-estar social. Logo, mantendo estáveis as relações internacionais, os países periféricos, alinhados com os países hegemônicos conseguiriam manter o financiamento externo e dar continuidade ao processo de desenvolvimento, juntamente uma estabilidade macroeconômica. A inserção do capital estrangeiro no incentivo a industrialização das economias dependentes propagaria a mais-valia relativa e dispararia a redução dos custos da força de trabalho (MARTINS, 2013).

Nos seus ensaios de aniversário em homenagem aos quarenta anos de sua obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (2010), Cardoso retorna a suas origens, defendendo suas teses dos anos 1970 e 1980. Este autor é a favor de uma nova socialdemocracia para a América Latina voltada ao mercado, e que seja subserviente com os grandes países centrais, este seria fator importante para continuidade do desenvolvimento. Martins (2013) afirma que, Cardoso e Falleto criticam os chamados regimes bolivarianos, cujo discurso político seria populista e, normalmente, segundo eles, seriam regimes que tendem ao autoritarismo, como são exemplos na Venezuela de Hugo Chavez, Argentina com Kirchner e no Equador com Rafael Correia. Estas novas socialdemocracias deveriam não se associar a sindicatos e líderes/ movimentos populares, mas sim a classe média e a opinião pública. Estes agentes, a classe média e a opinião pública, deveriam controlar o governo a se alinhar aos consensos da globalização, abandonando, assim, aquele nacionalismo que vigorou durante o século XX.

O que a CEPAL e Fernando Henrique Cardoso não consideram, segundo Martins (2013), a procura por mais-valia extraordinária por parte da burguesia dependente, a elevação da mais-valia extraordinária nos países dependentes e a sustentação no longo prazo da mais-valia extraordinária na economia mundial. Adicionalmente, ao passo que Cardoso e Serra analisam o monopólio tecnológico, monopólio este praticado pelos países centrais, o avanço técnico e a mais-valia relativa sustentam sua ampliação, advindo do setor mais competitivo,

ou seja, as pequenas e médias empresas e aos setores pré-capitalista, os crescentes níveis de pobreza e a mais-valia absoluta (MARTINS,2013). Marini analisa as relações de concorrência dos mercados internacionais e locais das economias dependentes transferências de mais-valia que geram um mercado de trabalho baseado na superexploração do trabalho, a qual reflete preponderantemente sobre, nas palavras de Martins (2013, p.19), “os setores de composição técnica inferior ou média, mas do qual se beneficiará o próprio setor monopólico dos países dependentes”.

Depreende-se disso que a superexploração pode existir, enquanto há um desenvolvimento do mercado interno, como ocorreu na década de ouro do desenvolvimentismo brasileiro no período da industrialização da década de 1950, porém mantêm-se a condição necessária para o processo de acumulação nas periferias, e isto inclui a intensividade, através dos mecanismos de exploração, na extração da mais-valia absoluta.

Outro ponto que diferencia Marini de Cardoso, quanto ao tratamento dado ao capital financeiro. Enquanto FHC e Falleto veem o capital estrangeiro como um fator importante para o desenvolvimento, Marini argumenta que o capital estrangeiro, em seu conjunto e como foi usado durante a história da industrialização, com períodos cíclicos de saída e entrada, tende a descapitalizar o processo de acumulação das economias latino-americanas, limitando-lhes ao mercado interno (MARTINS, 2013). O capital estrangeira precisa apresentar retornos crescentes de lucro a seus proprietários não residentes, de maneira que o país investido precise criar um ambiente que propicie este retorno.

Por fim, em oposição ao que prega Cardoso sobre a importância da classe média e da opinião pública difusa, Marini afirma que a burguesia dependente apresenta uma proximidade com regimes antidemocráticos. A consequência dos processos democráticos em movimentos sociais e políticos que questionam a superexploração do trabalho são ameaçadores à institucionalidade política, desequilibrando-a. Com isto, o avanço democrático, isso inclui o avanço das pautas de movimentos populares que visem a diminuição da desigualdade, justiça e liberdade e etc, acaba por ameaçar o status quo da burguesia dependente, esta por sua vez possui tendência antidemocrática e tende agir assim contra esses movimentos (MARTINS, 2013).

Este trabalho acrescenta um ponto elaborado também por Marini em suas contribuições sobre a TMD, o subimperialismo. Segundo Marini, de acordo com Luce (2011), a nova divisão internacional do trabalho gerada nos pós II-Guerra mundial levou ao aparecimento de subcentros políticos e econômicos, por exemplo o Brasil. Estes por sua vez

avançavam no desenvolvimento na etapa de monopólicia e de desenvolvimento capital financeiro, mesmo que ainda se mantivessem subordinados e dependentes. Para se ter uma dimensão, nos anos de 1970, prossegue Luce (2011), o Brasil alcançou o nono lugar da indústria automobilística mundial e conseguiu ser o segundo maior exportador de armamento do terceiro mundo, juntamente com um estímulo ao mercado de capitais. Dentro de um aspecto político, o Brasil intervinha em outros países, como ocorreu na Bolívia apoiando o golpe contra Torres, além do mais o capitalismo brasileiro apresentava crescimento de exportação de matérias-primas a época do milagre.

Em Marini, o subimperialismo mantém as estruturas de uma economia dependente, a superexploração da força de trabalho, além da separação da estrutura produtiva da real necessidade dos trabalhadores, ou seja, de uma indústria que produza bens populares e não bens de setores de luxo, estes não absorvidos pela população em geral. Mathias Luce (2011, p.20), desvenda a gênese do subimperialismo ao afirmar que

reside, portanto, no conjunto dessas leis próprias da economia dependente como a nova divisão internacional do trabalho oriunda de movimento de capitais do pós-guerra-processo que fora marcado pelo predomínio dos investimentos externos na indústria de bens duráveis, com a presença dominante de capitais norte-americanos.

O que aconteceu no Brasil durante o chamado PSI, denominado pela CEPAL, foi um avanço da industrialização sob as características de uma economia dependente, em que o desenvolvimento da indústria pesada, baseada na produção de bens de capital e bens de luxo criou uma crise de realização, ou seja, uma cisão entre a esfera baixa de consumo – produção de bens de consumo populares-e a esfera alta de consumo – produção de bens de consumo de luxo (LUCE, 2011). Essa cisão ficou conhecida na crise dos anos 1960, que culminou no golpe civil-militar de 1964.

O golpe de 1964 é um fato histórico importante para a constituição do subimperialismo brasileiro, consistindo na maturação do capitalismo dependente em nova etapa que fundia o capital financeiro e o capital industrial, com intermédio do Estado como inibidor da luta de classes (LUCE, 2011). É neste momento que o capitalismo brasileiro dependente chega ao monopólio e ao capital financeiro.

Para finalizar, Marini e outros autores como Vania Bambirra e Theotonio dos Santos, estão diametralmente opostos a concepção de Cardoso e Falleto. Como marxistas, o ponto de ruptura, em que é possível imaginar a superação da dependência, apenas pode ser alcançado com uma revolução socialista nestes países dependentes. Apenas com o socialismo,

socialismo este que não objetiva se desvincular da economia mundial, é que se poderia pensar em uma integração com soberania, sem a submissão perante os países centrais.

De posse das discussões feitas até o momento, da obra marxiana e da TMD, o último capítulo do presente trabalho procura analisar a pertinência na atualidade e considerando o caso brasileiro, das categorias de exploração e superexploração.

Capítulo 3 – A EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

Anteriormente, foi ressaltado que a superexploração faz parte do processo de acumulação tanto das economias periféricas como das centrais, de forma a aumentar a mais-valia relativa com barateamento dos bens nos países centrais para, assim, permitir o barateamento da reprodução da força de trabalho nos centros, enquanto que nas periferias há uma intensificação da (super)exploração do trabalho e a extração da mais-valia absoluta. Desta forma, não faz sentido dentro de uma perspectiva marxista entender a chamada “troca desigual” (apesar deste ter sido usado por Marini em *A Dialética da Dependência* de 1973, o que se deve muito mais a uma tendência da época em que estava em voga). Ou seja, dentro do processo de acumulação do capital, a “troca desigual” nada mais seria que uma transferência de valor das economias periféricas para as centrais. Este é o ponto em se distingue CEPAL e Cardoso da TMD (CARCANHOLO, 2013).

Este capítulo procura dar uma dimensão operacional, através de dados recolhidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e, alguns, da Pesquisa Nacional de Amostras por Município (PNAD) (LUCE, 2013). Procura estudar os mecanismos de exploração do trabalho, isto é, nessa etapa do trabalho a discussão teórica sobre a superexploração e dependência desembocam numa análise de caso sobre a relação do salário-mínimo e o salário-mínimo necessário nos anos do governo Lula.

Para uma familiarização dos órgãos ou departamentos de pesquisa usados, o DIEESE é uma entidade mantida por movimentos sindicais brasileiros. Foi fundado em 1955, com a finalidade de pesquisar dados que subsidiem as demandas dos trabalhadores. O DIEESE é uma entidade reconhecida nacional e internacionalmente e ao longo dos seus 60 anos pôde contribuir tanto para os trabalhadores, quanto para a produção acadêmica. Enquanto que o PNAD, um dos ramos de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem como objetivo fornecer instrumental necessário ao estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

Sobre o objeto de estudo trabalhado, a relação entre o salário-mínimo e o salário-mínimo necessário, o primeiro é o “valor” (entendendo-se todo o debate sobre a lei do valor feito anteriormente) mínimo pelo qual os donos dos meios de produção, ou em alguns casos o próprio governo, possam pagar para que os trabalhadores reproduzam sua força de trabalho. O salário-mínimo foi realmente instituído no Brasil em 1940 no governo de Getúlio Vargas.

Enquanto o salário-mínimo necessário (SMN) é calculado pelo DIEESE desde 1970, em séries históricas retroativas a 1940, o SMN considera não apenas o comparável entre o salário-mínimo e a inflação, mas o salário necessário para que o trabalhador possa “cobrir” realmente seus gastos com moradia, passagem, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene e previdência social. O SMN nada mais é do que aquilo que o salário-mínimo deveria ser. Luce (2013, p.150), explica o cálculo do SMN, como:

Para calcular o SMN, o DIEESE produz o levantamento do preço médio dos treze produtos alimentares que constam do Decreto-Lei no 399/1938, nas quantidades especificadas por este. Posteriormente, é calculado o gasto mensal agregado de cada um dos produtos. Considerando a unidade familiar típica como composta em média por dois adultos e duas crianças e o consumo de uma criança como o equivalente à metade de um adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica do DIEESE e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol dos demais itens avaliados pelo índice do custo de vida (ICV) e que entram também na cesta de consumo do SMN.

Com base nessa tabulação, é feita uma série histórica a preços correntes do ano considerado, procurando elaborar uma evolução do poder de compra do salário-mínimo legal em relação aos bens necessários a subsistência do trabalhador listado.

Numa breve recapitulação sobre a superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini, na teoria marxista da dependência a superexploração possui um papel fundamental para explicar a dependência de economias latino-americanas. De forma geral, a superexploração pode ser entendida como a remuneração do trabalho abaixo de seu valor gerado. Para haver a exploração e a superexploração, revendo os mecanismos de exploração do trabalho em Marx e em Marini, existem quatro formas de se obter a mais-valia, a quarta última é acrescentada por Luce (2013). São elas: o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; prolongamento da jornada de trabalho; aumento da intensidade do trabalho; o aumento do elemento histórico moral do valor da força de trabalho sem aumento da remuneração. Embora Marini não tenha listado o último como um mecanismo de exploração na Dialética da dependência, em *Las razones del neodesarrollismo* (MARINI, 2000) citou o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração como um quarto modo de superexploração. Por fim, Luce (2013) resume a superexploração como, primeiro, uma reunião de fatores que causam a remuneração da força de trabalho menor do que seu valor e a exaustão antecipada da força físico-psíquica do trabalhador; segundo, constituem a base do capitalismo dependente, somado com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital.

Concomitantemente, a conquista do salário-mínimo e os direitos trabalhistas foram logrados pela luta de classes (movimento cartista, greves, fundação da Associação Internacional dos trabalhadores etc.). Luce (2013) argumenta que, assim como todas as categorias do marxismo, o valor da força de trabalho é uma categoria constituída historicamente de forma relacional, ou seja, segue o método materialismo histórico. Logo, a estipulação do salário é fruto de um processo histórico de luta de classes. A exemplo da luta de classes por uma estipulação da remuneração e início dos direitos trabalhistas, no século XIX uma jornada de dez horas foi o limite que configurou na lei inglesa limitando a jornada em 1847 na Inglaterra. Em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) firmava em sua primeira convenção segundo a qual a jornada normal deveria ser de 48 horas semanais e oito horas por dia. Simultaneamente, um aglomerado de atributos começou a compor a remuneração do trabalhador como outra parte necessária para sua reprodução (salário mínimo, férias remuneradas, 13^o salário etc.).

Analisando a série do SMN e relacionando-a ao salário-mínimo nota-se uma tendência histórica de queda abrindo uma abertura entre o primeiro e o último. Na tabela 1, tem-se 1940 como ano-base, toma-se o índice do SMN para o período 1940-2007.

Tabela 1

Salário mínimo necessário- Brasil (Série histórica 1940=100)

| Ano | Número índice |
|------|---------------|------|---------------|------|---------------|------|---------------|
| 1940 | 100,00 | 1957 | 125,12 | 1974 | 55,58 | 1991 | 30,99 |
| 1941 | 91,15 | 1958 | 108,85 | 1975 | 58,05 | 1992 | 26,59 |
| 1942 | 81,83 | 1959 | 121,85 | 1976 | 57,67 | 1993 | 29,96 |
| 1943 | 73,98 | 1960 | 102,32 | 1977 | 60,10 | 1994 | 25,29 |
| 1944 | 84,86 | 1961 | 113,77 | 1978 | 61,92 | 1995 | 25,02 |
| 1945 | 68,38 | 1962 | 103,87 | 1979 | 62,52 | 1996 | 25,42 |
| 1946 | 60,00 | 1963 | 91,31 | 1980 | 63,02 | 1997 | 25,82 |
| 1947 | 45,84 | 1964 | 94,35 | 1981 | 64,62 | 1998 | 27,08 |
| 1948 | 47,82 | 1965 | 90,98 | 1982 | 67,35 | 1999 | 27,19 |
| 1949 | 43,03 | 1966 | 77,56 | 1983 | 57,23 | 2000 | 27,96 |
| 1950 | 40,64 | 1967 | 73,37 | 1984 | 53,08 | 2001 | 30,27 |
| 1951 | 37,53 | 1968 | 71,80 | 1985 | 54,31 | 2002 | 30,88 |
| 1952 | 100,76 | 1969 | 69,16 | 1986 | 51,37 | 2003 | 31,32 |
| 1953 | 82,99 | 1970 | 70,32 | 1987 | 37,03 | 2004 | 32,49 |
| 1954 | 100,87 | 1971 | 67,29 | 1988 | 38,99 | 2005 | 34,99 |
| 1955 | 113,28 | 1972 | 66,09 | 1989 | 41,52 | 2006 | 40,44 |
| 1956 | 115,08 | 1973 | 60,56 | 1990 | 29,67 | 2007 | 42,59 |

Fonte: Luce (2013)

Obs: ano-base=1940

Os anos compreendidos entre 1957 e 1959 é o período de maior elevação do SMN, momento que esteve por volta de 20% acima do poder de compra original (SOUZA, 2008,

p.36). Luce sinaliza que em 2011, o salário-mínimo corrente estava em menos da metade do poder de compra relativamente com o ano em que foi criado e prossegue com sua crítica ao discurso oficial segundo o qual nunca antes teria havido um aumento do salário-mínimo real, isto acontece, pois na teoria tradicional, o salário real seria igual ao poder de compra do salário nominal – o resultado seria a divisão do salário nominal pelo índice geral de preço.

Durante os governos de Lula e Dilma houve uma melhora relativa no salário real comparado aos anos 1990 (como aponta o aumento real percentual entre 2003 e 2010 na tabela abaixo), quando comparados o salário real com os reajustes da inflação em ambos os períodos, porém a discussão feita, para uma real caricatura do quanto houve de melhoria de poder de compra, deve ir além de uma relação entre salário-mínimo oficial e inflação. Para uma análise da TMD, considera-se que o salário real equivale a relação do salário com a força de trabalho. Ao se comparar com os dados do DIEESE do SMN, vê-se que o salário-mínimo nominal não conseguiu recuperar as perdas ocorridas com os anos comparados (LUCE,2013).

Nos anos de 2012 e 2013, por volta de R\$ 2.617,00 (outubro de 2012), o SMN nada mais é do que quatro vezes o salário-mínimo de 2012, segundo dados do DIEESE para o ano de 2012. Visto isso, como o trabalhador não possui a quantia necessária para manter sua força de trabalho, identifica-se um caso de superexploração da força de trabalho. É importante frisar que a data base usada pelo DIEESE é 1940, nesta época apenas o homem exercia o papel de “provedor”, portanto seria o único a ganhar um salário, porém, hoje em dia homem e mulher podem exercer o papel de assalariados, com o que a renda por família intuitivamente levaria a crer que a renda familiar teria sido aumentada. Como rebate Luce (2013), a insuficiência do salário-mínimo somado, homem e mulher, não consegue sequer repor o desgaste da força de trabalho. Em outras palavras, ainda persiste a violação da força de trabalho.

Tabela 2

Reajuste do salário mínimo oficial (2003-2010)

| Período | Salário mínimo (R\$) | Reajuste nominal (%) | NPC1 (%) | Aumento real (%) |
|--------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------|-------------------------|
| Abril /2002 | 200 | - | - | - |
| Abril /2003 | 240 | 20,0 | 18,54 | 1,23 |
| Abril /2004 | 260 | 8,33 | 7,06 | 1,19 |
| Abril /2005 | 300 | 15,36 | 6,61 | 8,23 |
| Abril /2006 | 350 | 16,67 | 3,21 | 13,04 |
| Abril /2007 | 380 | 8,57 | 3,30 | 5,10 |

Continua

(Continuação)

Reajuste do salário mínimo oficial (2003-2010)

| Período | Salário mínimo (R\$) | Reajuste nominal (%) | NPC1 (%) | Aumento real (%) |
|----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------|-------------------------|
|----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------|-------------------------|

| | | | | |
|-------------------------|-----|--------|-------|-------|
| Março /2008 | 415 | 9,21 | 4,98 | 4,03 |
| Fevereiro/2009 | 465 | 12,05 | 5,92 | 5,79 |
| Janeiro 2010 | 510 | 9,68 | 3,45 | 6,02 |
| Total do período | - | 155,00 | 65,93 | 53,67 |

Fonte: Luce (2013)

Nota: Índice Nacional de preço ao consumidor (INPC)

Para comprovar o que foi exposto, segundo o PNAD de 2011, do total de trabalhadores brasileiros ocupados, 23,6% recebem até um salário-mínimo; 22,4% de um a dois salários mínimos; e 9,0% de dois a três salários mínimos. Juntando-se estes três grupos, presume-se que 55% da população trabalhadora ganha até três salários-mínimos (LUCE,2013). Como o salário mínimo de 2011 foi estabelecido em R\$545,00 e em dezembro o SMN estava em R\$ 2.329,00, conclui-se que os trabalhadores ainda mantinham uma remuneração entre 4,27 e 1,42 menor que o SMN.

Prosseguindo no estudo dos mecanismos de exploração, nesta parte tem-se como foco o aumento da jornada de trabalho. Entre 2003 e 2009, em média 40% dos trabalhadores brasileiros trabalhavam numa jornada semanal de 44 horas superior à jornada normal (LUCE,2013). Se existem horas de trabalho a mais sendo usadas pelo capital, existe uma violação do valor da força de trabalho por aumento da jornada de trabalho, ou seja, o trabalhador está sendo apropriado de parte de sua vida pelo capital.

Na tabela 3 abaixo, fica nítido como, fazendo uma comparação com o mecanismo anterior, que a força de trabalho fosse remunerada pelo seu valor, há formas que possibilitaram ao capital extrair do fundo de vida do trabalhador, tornando mais difícil e necessária o dever da crítica sob um viés de classe que busque a emancipação dos trabalhadores (LUCE,2013). Logo, vale ressaltar, análise dos componentes aqui listado deve ser entendida de maneira combinada e inseridas dentro de um processo de apropriação de um trabalho alheio. O prolongamento da jornada de trabalho não deve ser dissociado aos demais componentes, isto vale também aos outros mecanismos, mas sim dentro de um mesmo processo cujo o objetivo é a superexploração do trabalho e a continuidade de um processo de acumulação do capital.

Desta forma, os componentes, apesar de serem tratados neste trabalho de forma separada, juntos, dado um processo histórico formado para as condicionantes estruturas das economias periféricas que levaram a se submeterem a isto, fazem parte de um conjunto da

opera que visa o desenvolvimento das economias. Ou seja, o incremento da superexploração da força de trabalho para continuar a trilhar o desenvolvimento.

Tabela 3

Assalariados que trabalham mais do que a jornada legal¹ por setor da economia – Região Metropolitana de São Paulo
(Em %)

| Ano | Indústria | Comércio | Serviços |
|-------------|------------------|-----------------|-----------------|
| 1990 | 34,8 | 49,9 | 32,2 |
| 1991 | 38,3 | 53,6 | 33,5 |
| 1992 | 36,7 | 53,0 | 34,3 |
| 1993 | 38,7 | 55,3 | 32,6 |
| 1994 | 39,8 | 54,4 | 33,2 |
| 1995 | 42,5 | 55,2 | 35,8 |
| 1996 | 41,4 | 55,2 | 36,8 |
| 1997 | 42,2 | 56,0 | 37,3 |
| 1998 | 37,9 | 57,5 | 36,5 |
| 1999 | 40,7 | 59,1 | 38,2 |
| 2000 | 44,4 | 61,1 | 39,5 |
| 2001 | 43,4 | 59,2 | 38,2 |
| 2002 | 44,1 | 62,2 | 38,8 |
| 2003 | 43,2 | 60,6 | 39,2 |
| 2004 | 42,4 | 59,1 | 38,0 |
| 2005 | 38,8 | 56,6 | 36,5 |
| 2006 | 36,7 | 55,0 | 36,5 |

Fonte: Luce (2013)

Notas: A¹ partir de novembro de 1988, a jornada legal passou de 48 horas para 44 horas
Exclui² serviços domésticos

Nos três setores considerados (indústria, comércio e serviços) houve um aumento da jornada de trabalho quando relacionados 1990 e 2006. O comércio possui a maior jornada de trabalho, sendo no ano de 1990 o menor pico (49,9) e o ano de 2002 de maior pico (62,2); seguido pela indústria com menor pico de 34,8 em 1990 e maior com 44,4 em 2000; e, por último, o setor de serviços com o ano de 1990 com menor percentual de 32,2 e com o maior com 39,5 em 2000. A série histórica revela oscilações entre os anos, porém comprova que de 1990 até 2006 os trabalhadores trabalham mais horas. Ainda há um fator não registrado que pode indicar uma extensão maior de exploração da força do trabalho, isso porque os dados não mostram se esses trabalhadores possuem mais de um emprego, o que pode ocorrer em lares brasileiros.

A consequência para o prolongamento da jornada, como é o caso do setor de comércio, em que isto é mais recorrente e onde ocorre mais o uso de horas-extras, chega-se a um momento em que o pagamento dos salários não cobre o desgaste usado pela força de trabalho para a geração do valor, ocorrendo uma apropriação a mais do mais valor (OSORIO,1975).

Um mecanismo devastador para a classe trabalhadora e que garantiu o aprofundamento da superexploração via aumento da jornada, foi a institucionalização do banco de horas. O banco de horas criado no governo de Fernando Henrique Cardoso e mantido durante os governos Lula e Dilma, sendo que

a jornada, antes fixa, passa a ser exercida à mercê das necessidades da empresa em face das demandas do trabalho. No entanto, ao contrário de gerar vantagens para os trabalhadores, a jornada flexível, além de desorganizar a parca vida familiar e social da classe, conta ainda com outra face: a redução salarial, já que nos períodos de aumento da produção o grosso das horas ou dias que excedem a jornada regular deixa de ser pago com base no previsto na CLT (em dinheiro e com seus devidos adicionais) (PRAUN, 2006, p.163 apud LUCE, 2013, p.154)

Apesar do partido dos trabalhadores ter sua base de militância nos sindicatos, os governos petistas foram marcados por retrocessos no que se refere aos direitos dos trabalhadores e a luta por um salário realmente necessário. Em 2010, no então mandato do presidente Lula, foi estabelecido uma redução pela metade da hora de almoço, em uma hora. Acordado entre sindicatos e entidades patronais, tal medida demonstra uma flexibilização das condições de trabalho a favor do capital que começou, forma mais marcante, com o decreto-lei nº 1.535, que liberou a venda de um terço das férias, acentuadas nas medidas liberalizantes nos governos Collor e FHC e que foram mantidas nos governos petistas (LUCE,2013).

Numa visão geral, o uso do prolongamento da jornada de trabalho constitui mais um modo usado pelo capitalismo periférico de gerar mais valor. O trabalhador tem um gasto de sua força de trabalho sem ser remunerado de forma equiparável, o que apenas acentua sua superexploração, enquanto que parte de sua vida é ceifada pelo capital para a produção de um mais valor. Com isto, a sobrecarga durante a longa duração do trabalho leva a um desgaste da corporeidade físico-psíquica, o que piora a condição de vida do trabalhador, o que pode levar ao adoecimento e diminuição da sua expectativa de vida útil (LUCE,2013). A troca por mais trabalho em compensação de um adicional ou um abono salarial reforça que este trabalhador esteja sob uma superexploração do trabalho, o trabalhador estaria disposto a se submeter ao prolongamento de seu trabalho para manter seu nível de consumo.

Combinando aos outros mecanismos listados até agora, acrescenta-se o aumento da intensidade do trabalho. Como no prolongamento da jornada além do que se foi estabelecido normalmente, o trabalho a ritmos e intensidade mais elevados leva ao desgaste prematuro das condições de vida do trabalhador (LUCE,2013). A intensidade do trabalho pode ocorrer de maneiras distintas a depender do tipo de trabalho realizado. Conforme dito por Marini (2000,

p.229), “a exigência de mais-trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou ‘as pestes de guerra do exército industrial’”.

Um indicador de intensidade do trabalho pode ser verificado no número de acidentes registrados em ambientes laborais. Porém precisa-se diferenciar o que é um aumento do esgotamento relacionado ao aumento da jornada de trabalho e o aumento do incremento do trabalho, isto é

Enquanto o aumento da produtividade implica que o trabalho executado pelo trabalhador transforme maior quantidade de meios de produção no mesmo tempo, no aumento da intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo. E sempre que tal intensidade for elevada acima das condições normais, se estará superexplorando o trabalhador (LUCÉ, 2013, p.156)

Tabela 4

Número total de acidentes de trabalho no Brasil

| Período | Típico com CAT | Trajeto com CAT | Doença de trabalho com CAT | Sem CAT | Total |
|----------------|-----------------------|------------------------|-----------------------------------|----------------|--------------|
| 1997 | 347.482 | 37.213 | 36.648 | 0 | 421.343 |
| 1998 | 347.738 | 36.114 | 30.489 | 0 | 414.341 |
| 1999 | 326.404 | 37.513 | 23.903 | 0 | 387.820 |
| 2000 | 304.963 | 39.300 | 19.605 | 0 | 363.868 |
| 2001 | 282.965 | 38.799 | 18.487 | 0 | 340.251 |
| 2002 | 323.879 | 46.881 | 22.311 | 0 | 393.071 |
| 2003 | 325.577 | 49.642 | 23.858 | 0 | 399.077 |
| 2004 | 375.171 | 60.335 | 30.194 | 0 | 465.700 |
| 2005 | 398.613 | 67.971 | 33.096 | 0 | 499.680 |
| 2006 | 407.426 | 74.636 | 30.170 | 0 | 512.232 |
| 2007 | 417.036 | 79.005 | 22.374 | 141.108 | 659.523 |
| 2008 | 438.536 | 88.156 | 18.576 | 202.395 | 747.663 |
| 2009 | 4.295.790 | 655.565 | 309.711 | 343.503 | 5.604.589 |

Fonte: Luce (2013)

No Brasil um emblemático exemplo de aumento da intensidade do trabalho em sua história está no chamado milagre econômico ocorrido durante a ditadura militar (SOUZA,1980). Neste período houve um aumento da superexploração do trabalho, baseado em suma na intensidade do trabalho, na indústria automobilística. Isto explica o motivo de se ter dobrado a produção de automóveis sem que a composição técnica do capital tenha sido acompanhada.

O crescimento do incremento do trabalho pode combinar-se com aumento dos níveis de produtividade (LUCE,2013). Isso se dá de forma combinada dentro do processo de acumulação capitalista, a exemplo disso pode-se ter a indústria automobilística, uma das indústrias mais dinâmicas do país, que costuma empregar parte dos trabalhadores brasileiros. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de veículos Automotores (ANFAVE), uma entidade patronal do setor, no ano de 2007 cada empregado gerava mais que o dobro de veículo comparado a 1994.

Luce (2012) exemplifica ainda com o caso do setor sucroalcooleiro, segmento que obtém o álcool a partir da cana-de-açúcar e que se baseia no trabalho degradante dos cortadores braçais, encontrados em condições precárias de trabalho. No interior paulista, estes trabalhadores cortam 400kg de cana em apenas dez minutos, com 131 golpes de facão e flexionando a coluna 138 vezes. No final de um dia de corte, depois uma sequência de série repetida da mesma função exaustivas, são calculados em média por trabalhador: 11,5 toneladas de cana cortada, 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna. O resultado disso é uma expectativa de vida que não passa dos 35 anos de idade (LAAT,2008).

A tabela 4 segue a relação de do número de acidentes ocorridos no Brasil e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério da Previdência Social (MPS). O Brasil chegou perto de dobrar os acidentes de trabalho entre 2002 e 2008, passando de 393.071 para 747.663, como visto na tabela a seguir. De acordo com os órgãos do governo, o aumento do número de acidentes seria devido a uma mudança de metodologia de cálculo – que incluiu aposentadoria por invalidez – e o crescimento da apuração de registros de doenças ocupacionais, por meio do CAT (INSS, 2009).

Por fim, o último mecanismo: o aumento do elemento histórico moral do valor da força de trabalho sem aumento dos salários. O capitalismo leva a uma nova composição da cesta de consumo dos trabalhadores, os trabalhadores passam a possibilidade de consumir bens que antes seriam considerados de luxo, estes seriam incorporados a sua cesta de consumo, graças a um avanço tecnológico que permitiu o barateamento da cesta de consumo. No capitalismo dependente tende a acontecer o mesmo processo, porém com menos concessões que pudessem ocorrer nos centros capitalistas, nisto reside este mecanismo de exploração.

Dos exemplos clássicos que se tem na história, pode-se citar o caso dos televisores e da máquina de lavar no Brasil, durante os anos de 1960 e 1970, quando eram considerados bens suntuários e atualmente são bens que participam da cesta de consumo do trabalhador

brasileiro. Tais bens deixaram de ser de luxo, pois com avanço da tecnologia houve uma disseminação da produção, somado as novas necessidades colocadas pelo consumo dos trabalhadores pelo capital. A forma de se retirar o mais valor da força de trabalho reside no fato dos trabalhadores, principalmente dos países periféricos, terem de encontrar maneiras que vão além de sua restrição orçamentária, usando termos neoclássicos, para manter sua cesta de consumo.

Estas formas podem variar desde endividar-se, fazer horas-extra ou vender terço de férias e etc. Maneiras que os trabalhadores encontram de manter seu consumo necessário e conseguir mais valores de uso, com o que os indivíduos se submetem a outra forma de violação do valor (LUCÉ,2013). A tabela 5, na sequência, apresenta os números do que fora exposto.

Tabela 5

| Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por estratos de renda | | | |
|---|-----------------------|-------------------------|------------------|
| Participação dos estratos de renda no consumo de eletrodomésticos | | | |
| Ano | A e B (%) | C (%) | D e E (%) |
| 2002 | 55,16 | 26,61 | 18,23 |
| 2010 | 37,11 | 44,67 | 18,22 |
| Estratos de renda e situação financeira familiar no cadastro de devedores | | | |
| Estratos de renda (R\$) | Adimplente (%) | Inadimplente (%) | |
| Até 600 (E) | 4 | 2 | |
| De 601 a 905 (D) | 15 | 15 | |
| De 906 a 1.375 (C2) | 19 | 19 | |
| De 1.337 a 2.200 (C1) | 20 | 28 | |
| De 2.201 a 3.285 (B2) | 26 | 22 | |
| De 3.286 a 7.000 (B1) | 12 | 11 | |
| De 7.001 a 11.100 (A2) | 3 | 1 | |
| Mas de 11.000 (A1) | 2 | 1 | |
| Famílias inadimplentes que recebem abaixo do salário-mínimo necessário (%) | | | |
| 64 | | | |

Fonte: Luce (2013)

A análise desse mecanismo vai de encontro com uma crítica feita por Luce (2013) ao discurso dos governos petistas, na retórica do Brasil ser um país de classe média. O aumento da classe média, segundo este autor, se deu por conta de um endividamento das famílias. Como demonstrado na tabela 5. De fato, ocorreu um considerável aumento do consumo do estrato de renda C quanto a eletrodomésticos, porém, de acordo com a Confederação Nacional de Lojistas (CNDL), 64% das famílias que ganham entre R\$600,00 e R\$2.200,00, por volta de dois terços das famílias inadimplentes tem uma remuneração menor que seu valor da força de trabalho.

Diante disso, pode-se diferir, que o endividamento possibilitou o consumo dos estratos C, mesmo a produção se tornou barateada, este estrato teve de se endividar para conseguir consumir os bens supostamente necessários (LUCE,2013). Pelo sentido do capital, o movimento para mais-valia relativa permitiria o barateamento da aquisição dos bens considerados essenciais a cesta de consumo da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que permitiria ao capital a manutenção da taxa de lucro. O que se nota é o consumo destes bens via superexploração, o que caracteriza a superexploração nos países periféricos.

Conclui-se que o lobby do governo Lula e início do governo Dilma de um Brasil ser um país de classe média não condiz, quando desmistificado os mecanismos de exploração, ratificando-o, com a realidade. O que acontece é o aprofundamento da superexploração do trabalho e a confirmação do papel que o Brasil possui na divisão internacional do trabalho, mediante à acentuação da extração da mais-valia via mecanismos de superexploração. Além do compromisso do governo Lula e início do governo Dilma em relação aos interesses do capital.

CONCLUSÃO

A teoria de Ruy Mauro Marini continua sendo atual na análise do desenvolvimento brasileiro dos últimos anos. A superexploração da força do trabalho persiste como elemento estruturante no processo de acumulação nos recentes governos brasileiros, Lula e início do governo Dilma. Portanto, persiste o caráter dependente das economias periféricas, mediante ao aprofundamento dos graus de exploração da força de trabalho. O discurso oficial de aumento do poder aquisitivo, aumento do salário real, por parte dos trabalhadores, quando desmistificado pela ótica de cada mecanismo de exploração separadamente e de forma

combinada leva a concluir que houve, pelo contrário, um incremento da taxa de mais-valia absoluta.

As investigações sobre os governos petistas tiveram como pano de fundo a TMD, na qual se retoma Marx para a compreensão da dependência nos países latino-americanos, esse caso o Brasil. Marini foi essencial para criação de uma teoria da dependência que pudesse desmistificar o discurso oficial acerca do desenvolvimento, que primeiramente no século passado perdurou como a “troca desigual” cunhada pela CEPAL, na qual buscou a superação da condição de periferia desses países, e que atualmente apresenta-se com um discurso hegemônico que perpetua a condição periférica. A categoria da superexploração dimensiona um real entendimento da realidade dos trabalhadores, em específico dos latino-americanos, o que possibilita o embasamento da luta de classes e, conseqüentemente, a superação da condição periférica e/ou de qualquer mecanismo de exploração.

Visto isso, o Brasil é reafirmado no seu papel periferia mundial, ao mesmo tempo em que assume como um país subimperialista. Isto apenas aponta ao que Marini postula na TMD, o Brasil continua sujeito aos mecanismos de compensação que se mostram, dentro do capitalismo, o condicionante único de desenvolvimento. Concomitantemente o país se apresenta como subimperialista na região funcionando como intermediário na transferência de valor. O desenvolvimento defendido por Marini necessita por fim na transferência de valor, portanto, o processo de acumulação tratado na TMD, necessariamente, visa a extinção da superexploração. A real emancipação da condição de periferia da América latina será a emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, é perceptível que Marx após duzentos anos de seus escritos, ainda, se faz presente na aceção da realidade do capitalismo. A crítica marxiana ao capital, a teoria do valor tratado nesta monografia, possibilitou a autores, como Marini, a compreensão da dependência e da designação de periferia inserida na divisão internacional do trabalho, no qual existe um capital central apropriador do mais valor social gerado e um capital periférico que precisa se submeter a dominação para continuar se desenvolvendo. Isso significa maior exploração, ou a superexploração, da força de trabalho. O ônus do capitalismo recai, então, sobretudo, sobre os trabalhadores periféricos e sua completa superação viria com a supressão do modo de produção. Assim, a crítica de Marx ao capital e a teoria do valor, bem como os consequentes trabalhos de marxistas, como entre outros, Marini, possibilitaram a produção da pesquisa que aqui se encerra.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. Introdução. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA,2013. p.11-14.

BIELSCHOWSKY, R. Introdução. In: Bielschowsky (Org.); tradução de Vera Ribeiro. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v.I. p.15-68.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA,2013. p.71-98.

_____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CARDOSO, F. H . **Autoritarismo e burocratização**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

- _____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1979.
- CARDOSO, F. H.; SERRA, J. **As desventuras da dialética da dependência**. Cadernos CEBRAP, n. 23, set. São Paulo, 1979.
- CARDOSO, F. H.; FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- LAAT, E. F. Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais. **Comunicação apresentada no seminário Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana**. Campinas, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, 24 e 25 de abril de 2008.
- LOPES, T. C. Mais-valia absoluta e relativa em Marx e Marini. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. P. 125-144.
- LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 145-166.
- _____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. [S.l.:s.n.]. Disponível em: <marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Acesso em: nov, 2018.
- _____. M. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. **Subdesarrollo y revolución**. 5. ed. México: Siglo veinte uno, 1974.
- _____. As razões do neodesenvolvimentismo. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência**. Antologia de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 15-48.
- MARX, K. **El Capital**. 8. ed. México: Siglo XXI Editores, 1979, v. 1
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. v. I-II. (Livro I)
- _____. O processo de produção do capital. 1867. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. livro I.
- NASCIMENTO, C.A. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.
- OSORIO, J. Fundamentos da Superexploração. In: Almeida Filho, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra de Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p.49-70.
- _____. Superexplotación y clase obrera. El caso mexicano. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 39, p. 40-59, 1975.

SAAD-FILHO, A. **Salários e exploração na teoria marxista do valor**. Economia e sociedade, Campinas, n. 16, p. 27-42, 2001.

SOUZA, N. A. **Economia brasileira contemporânea**. De Getúlio a Lula. São Paulo: Atlas, 2008.

Tavares, Maria da C. “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. In: **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.